

*L'albero che resiste alle avversità
è quello cresciuto con radici profonde
e rami che sanno adattarsi alla forza del vento.*

A mia sorella.

Índice

ÍNDICE _____	1
INTRODUÇÃO _____	3
<i>1. A questão da língua e o sistema pronominal _____</i>	<i>9</i>
1.1. As duas normas: pequena história e a contemporaneidade ____	9
1.2. A linguagem e a tradução durante as ditaduras _____	20
<i>2. O sistema pronominal: revisão da literatura _____</i>	<i>27</i>
2.1. A tradição gramatical e as novas teorias _____	27
2.2. Pronomes pessoais sujeito _____	29
2.3. As formas de tratamento _____	33
2.4. Os clíticos _____	35
2.5. Posição dos clíticos _____	41
<i>3. Materiais e métodos _____</i>	<i>47</i>
3.1. Porque as traduções como corpus linguístico? _____	47
3.2. Breve comentário das traduções _____	48
3.3. Objetivo do estudo _____	53
3.4. Critérios de inclusão _____	55
3.5. Estrutura do corpus linguístico _____	56

3.6. Resultados	58
3.6.1. Análises particulares	59
3.6.2. Comparações diacrónicas	76
3.6.3. Comparações sincrónicas	82
3.6.4. O adjetivo possessivo de 3ª pessoa <i>sua/seu</i> e <i>dele/a</i>	88
4. <i>Discussão</i>	91
4.1. Distribuição esperada	93
4.2. Resultados efetivos	95
4.3. Considerações sobre o estudo	98
4.4. Propostas	99
CONCLUSÃO	101
BIBLIOGRAFIA	105
SÍTIOS WEB	109
RINGRAZIAMENTI	111

Introdução

A evolução da língua portuguesa e a definição cada vez maior das duas normas oficialmente reconhecidas foi o ponto de partida desta tese. Junto a esta evolução, evidente nos vários textos, a minha dissertação de licenciatura foi de inspiração para individuar o tema a ser analisado: o trabalho precedente encentrava-se no uso atual do *você* na fala da área lisboeta. Pelo contrário, esta vez escolhi o sistema geral das formas de tratamento, com base a variedade escrita da norma europeia e da norma brasileira.

Cheguei a esta escolha para duas razões: primeiro, o estudo da sociolinguística portuguesa foi aprofundado nestes dois anos de mestrado; segundo, a curiosidade pessoal em estudar um sistema que tem uma evolução em curso. Por isso, através de uma pequena pesquisa, realizei que a fala era objeto de muitos estudos; pelo contrário, a variedade escrita carecia.

Com efeito, a tendência é de considerar a variedade escrita da língua como simplesmente a variedade académica que segue fielmente as regras definidas pelas gramáticas. De acordo com esta afirmação, então, a variedade escrita não deveria subir nenhuma mudança: as gramáticas, nos anos, não admittiram quase nenhuma mudança ou evolução. Porém, é claro que, também a variedade escrita, não pode ficar parada nos anos; mudaram o léxico, as estruturas das frases, e mudou também o sistema das formas de tratamento.

O objetivo deste estudo, então, é de demonstrar que, de fato, também a variedade escrita de uma língua evolve; como não foi possível analisar todos os aspetos da língua, escolheu-se o sistema das formas de tratamento. Isto foi elegido mesmo porque é um dos aspetos gramaticais que mais mudou nos anos, especialmente a partir do século XX.

Um outro objetivo foi o de colegar as alturas históricas à alguns fenómenos que apareciam nas várias traduções.

Para desenvolver este trabalho, começou-se com uma pequena pesquisa sobre as origens das duas normas e o desenvolvimento dos movimentos independentistas brasileiros. Com efeito, a norma europeia foi a de referência também para os especialistas brasileiros definirem uma linha diferente para a norma brasileira.

Continuou-se após com a revisão da literatura presente e com a análise das regras definidas pelas gramáticas para o sistema das formas de tratamento e dos clíticos.

O centro da tese está na parte de análise, para a qual foram elegidas quatro traduções de “*Il fu Mattia Pascal*”. Estas traduções foram feitas em quatro momentos diferentes a nível diacrónico e sincrónico, para evidenciar eventuais diferenças de maneira mais forte.

As traduções foram escolhidas como corpus de base por duas razões essenciais: primeiro, as traduções envelhecem, então é preciso realizar novas traduções com o passar do tempo; segundo, o tradutor deve mediar entre a língua do texto de partida e a língua utilizada pelos falantes nativos da língua de chegada. Por isso, deve ter em conta fatores diferentes na escolha das estruturas frasais: a língua de partida, as regras oficiais das gramáticas e a língua utilizada no dia a dia pelos falantes da língua de chegada (com efeito, uma tradução não pode estar demasiado longe do leitor).

Depois do trabalho de análise e da catalogação das entradas dos corpora, foi necessário organizar os resultados com gráficos e tabelas, com a relativa descrição. A través do estudo dos gráficos, enfim, foi possível redigir uma discussão dos resultados, comparando-os à revisão da literatura e aos resultados esperados.

A estrutura desta tese compõe-se de quatro capítulos, que correspondem às quatro fases de trabalho apenas descritas: o primeiro é um capítulo introdutivo; o segundo, a revisão da literatura; o terceiro, de materiais e métodos; o quarto, de discussão dos resultados.

No primeiro capítulo há uma panorâmica da história do português e da questão brasileira, ou seja, dos vários movimentos independentistas da “língua do Brasil”.

Escreveu-se também um parágrafo sobre a linguagem e a tradução durante as ditaduras. Com efeito, especialmente em Portugal, a ditadura manteve todo o país (e, por isso, também a língua portuguesa) numa situação de “congelamento”, parando, de fato, as evoluções naturais da sociedade e da língua. Além disso, o Estado Novo tinha o órgão oficial de censura, a qual era muito ativa tanto nas publicações portuguesas como nas traduções publicadas.

No segundo capítulo revisou-se a literatura presente com respeito à história e à evolução do sistema das formas de tratamento. Portanto, o capítulo foi dividido em cinco parágrafos: partiu-se com a tradição gramatical e as novidades das novas teorias; analisou-se também o paradigma dos pronomes pessoais sujeito, das formas de tratamento e dos clíticos. Apresentaram-se as mudanças já registradas para a fala (como o uso de *ele* como objeto direto no português do Brasil ou os problemas de concordância com os adjetivos possessivos e os reflexivos). Enfim, foram descritas as opções de posição que têm os clíticos.

Na revisão da literatura estudaram-se sobretudo os estudos e as teorias relativos à fala do PE e do PB, pois não se encontraram estudos relativos à variedade escrita. A ausência de estudos sobre esta variedade representa um problema, porque não é possível ter termos de comparação.

A única solução, com efeito, é a de ter como referência as gramáticas e outros órgãos oficiais como os prouuários.

No terceiro capítulo há o centro do estudo: a exposição dos materiais e dos métodos usados para fazer a análise. Como já dissemos, foram escolhidas quatro traduções de "*Il fu Mattia Pascal*", respetivamente: *O falecido Matias Pascal*, traduzido por José Marinho e publicado em Lisboa em 1945 pela Editorial Inquérito; *O finado Matias Pascal*, traduzido por Helena Parente Cunha e publicado em Rio de Janeiro em 1970 pela Editora Opera Mundi; *O falecido Mattia Pascal*, traduzido por José J.C. Serra e publicado em Lisboa em 2010 pela Cavalo de Ferro Editores; *O falecido Mattia Pascal*, traduzido por Rômulo Antonio Giovelli e Francisco Degani e publicado em São Paulo em 2011 pela Editora Nova Alexandria.

Destas traduções, o intervalo analisado foi do capítulo 1 ao capítulo 7; o capítulo 7 é o capítulo onde Mattia Pascal descobre da sua primeira morte. Portanto, é o ponto no qual há a primeira reviravolta da obra: aqui o protagonista ganha novamente uma liberdade infinita, a de estar morto para todos os seus conhecidos.

O corpus linguístico, composto pelos quatros parciais das traduções, compõe-se de 9579 entradas; porém, uma parte de estas está colocada em mais de uma categoria. As categorias nas quais foram divididas as entradas dos corpora são: sujeito (sujeito explícito ou implícito); colocação dos pronomes clíticos e dos reflexivos (ênclise, próclise ou mesóclise); tipo de pronome (pronome fraco, formas de tratamento, pronomes possessivos, várias, adjetivo possessivo de 3ª pessoa).

O terceiro capítulo acaba com a análise dos resultados, que está dividida em quatro sub-parágrafos: o das análises particulares, o das comparações diacrónicas, o das comparações sincrónicas e, por fim, um pequeno parágrafo sobre o adjetivo possessivo de 3ª pessoa.

No último capítulo, por fim, há a discussão dos resultados: partiu-se da distribuição esperada, ou seja, dos resultados que esperava encontrar no estudo da língua das traduções; prosseguiu-se com o comentário dos resultados efetivos; acabou-se com algumas considerações sobre o estudo em si.

Os resultados que emergiram da análise corresponderam parcialmente com os resultados esperados no início da pesquisa; com efeito, a velocidade de evolução das duas normas nem sempre é muito elevada, portanto alguns resultados não foram relevantes. Além disso, alguns dados quase não resultaram diferentes nas várias comparações. Por outro lado, emergiram também dados inesperados ou que geraram surpresa.

A questão da língua e o sistema pronominal

1.1. A duas normas: a história e a contemporaneidade

O português europeu

O português nasceu daquele que hoje é o galego, uma língua falada no norte do país e na comunidade autónoma espanhola de Galícia; após a independência de Portugal e a conseguinte divisão do país dos reinos castelhanos, o português deixa de ter interesse no galego como língua literária e torna-se definitivamente independente.

Depois da separação do galego, o português fica confinado no território nacional até a idade das explorações e dos descobrimentos. Também, Portugal não ressaltou da união tardia de pequenas comunidades (como aconteceu, por exemplo, na Itália): sempre teve um território estável e isto deu estabilidade também à língua. De acordo com esta afirmação, Paul Teyssier escreve: «*Como se vê, o português é uma língua nacional praticamente “perfeita”. Ocupa, além disso, uma área que se manteve estável desde a origem. Portugal é um país que ignora os problemas criados, em outras regiões, pela existência de minorias lingüísticas*»¹.

Então, por um lado o português não teve dificuldades com respeito à unidade da origem e da língua; por outro, teve várias influências de outros idiomas. Um exemplo é o árabe: com a ocupação da península ibérica os mouros deixaram traças no léxico do português.

¹ PAUL TEYSSIER, *História da língua portuguesa*, Lisboa: Livraria Sá Da Costa, 1982, pág. 40

Com a idade das explorações e dos descobrimentos, o português teve mais influências, sempre colegadas ao léxico. Ainda Teyssier, na sua *História da Língua Portuguesa*, escreve assim:

“Foi no vocabulário que as conseqüências se revelaram maiores. O português europeu recebeu da África e da Ásia, e depois do Brasil, um certo número de palavras exóticas, algumas das quais passarão, por seu intermédio, a outras línguas européias. Houve, então, uma nova injeção de palavras árabes, vindas da África do Norte, da África do Leste ou do Oceano Índico; ex.: cáfila, almadia, moução-monção. Todas as principais línguas do Sudoeste da Ásia trazem a sua contribuição: as da Índia (principalmente na zona dravídica do Sul), o malaio, o chinês, etc.”²

Além das influências dos continentes colonizados, nos séculos de dominação espanhola os portugueses utilizaram muitas palavras de origem espanhola que depois eram “portuguesizadas”; um caso é o da palavra “castelhano”, que em português era inicialmente “castelão”.

Ao longo do Renascimento, pois, começou o fenómeno que mais nos interessa, o do tuteamento e do voseamento: o sistema de pronomes diferenciase e os falantes começam a utilizar as formas de tratamento. As formas de tratamento utilizadas eram

Fórmulas do tipo “vossa graça”, “vossa excelência”, seguidas da terceira pessoa. A mais freqüente é vossa mercê, que, ao mesmo tempo que passava a você por erosão fonética (vossa mercê > voacê > você), perdia, por erosão semântica, o seu valor de tratamento respeitoso, para assumir o de tratamento familiar. O você familiar aparece desde o século XVII. Conserva-se ao mesmo tempo vossa mercê, de que existe outra variante, vossemecê, logo sentida como popular.

Aparecem várias outras maneiras de tratar um interlocutor: vossa excelência (forma abreviada: vocência); o senhor seguido do título (ex.: o senhor doutor), o senhor apenas, o título seguido do nome, o nome s., etc., sem contar o emprego puro e simples da terceira pessoa sem sujeito expresso. Na língua dos séculos XVII e XVIII essas fórmulas correspondem a um código social rígido³.

² *Ivi*, pág. 70

³ *Ivi*, pág. 72

Junto à erosão fonética, as palavras muitas vezes sofriam de uma degradação a nível semântico, assim perdiam pedaços durante o tempo e as várias evoluções linguísticas (por exemplo, o *você*, do qual falaremos mais em diante).

Porém, com a idade contemporânea e nos anos correspondentes à ditadura, o código social ainda rígido e as relações sociais são destacadas por causa dos ideais conservadores de Salazar. Com efeito, o objetivo do ditador era organizar e manter nesta organização toda a sociedade e os seus cidadãos. Por isso, não havia espaço para a espontaneidade. Isto também se podia ver na língua, onde havia um sistema pronominal e de formas de tratamento bem definido.

Depois da ditadura de Salazar, enfim, a língua começou a mudar de novo: após os anos de austeridade, as pessoas sentiam-se finalmente livres, refletindo este sentimento também na maneira de falar.

A questão brasileira

No Brasil, até o século XVIII, a língua portuguesa teve de se confrontar com as línguas indígenas, a qual era utilizada pelos jesuítas como língua veicular na catequese. O português ganhou sobre essa língua sobretudo por causa da urbanização do país (formou-se uma elite que tinha estudado em Portugal, por tanto tratava-se de uma elite que falava português) e porque os escravos (sobretudo africanos) aprendiam a língua falada pelos seus senhores. Por outra parte, os brasileiros falavam português “à maneira deles”, ou seja, o português acabou crioulizado no léxico e também na fonética; um exemplo é dado pela vocalização de fonemas palatais como *ocê* por *você*. Além disso, os vários povos imigrantes (como os italianos, alemães e árabes) também influenciaram a língua portuguesa no Brasil. Por causa destas influências e as grandes dimensões do país, é normal que a língua portuguesa tenha numerosas variedades regionais; não obstante as diferentes variedades, porém, os medias de comu-

nicação contribuíram a diminuir-las (mesmo ficando a distinção bastante marcada entre o português rural e o português urbano). O português rural ainda hoje utiliza uma linguagem que, nas zonas urbanas, já é considerado arcaico há muito tempo. Este fenómeno verifica-se também em Portugal, onde, por exemplo, nas zonas rurais do Norte algumas comunidades usam o *vós* como pronome de segunda pessoa plural, como afirma Barbara Gori:

Nel nord del paese, tuttavia, in particolare nelle regioni del Minho e di Trás-os-Montes, la forma generalizzata di seconda persona plurale non è *vocês*, ma è ancora *vós*, scelta che implica la selezione non solo di costruzioni verbali di seconda persona (*vós falais*) ma anche di tutta la serie di pronomi obliqui e possessivi corrispondenti⁴.

Com o testemunho dos documentos escritos, os filólogos puderam marcar o início da bifurcação do português nas variantes de Portugal e do Brasil no século XVIII, para continuar e acentuar-se no século XIX⁵. Com efeito, no século XVIII começou a “deriva” linguística do português brasileiro a través da literatura; junto a esta, foi introduzido também o patriotismo derivante do Romantismo. Assim, o português diferenciou-se ainda mais por causa de diferentes visões do mundo, como afirma Rolando Morel Pinto: “[o patriotismo] *influía também, discretamente embora, na linguagem, pois a dualidade de espírito implicava, está claro, uma dualidade de expressão*”⁶. Esta mudança era visível na sintaxe e na morfologia, com a simplificação da frase: a simplificação realizava-se a través da enunciação direta do pensamento, que refletia a oralidade dessa época. Então, a literatura brasileira exprimia perfeitamente esta deriva com o teatro do século XVIII, que utilizava a língua oral nas representações.

⁴ BARBARA GORI, «Proposta di collocazione delle formule allocutive *voce* e *vocês* nel paradigma dei pronomi personali soggetto del portoghese europeo», *Annali della facoltà di lettere e filosofia, università degli studi di Perugia*, vol. XXXVIII, nuova serie XXIV, 2000-2001, pág. 149-169

⁵ SEGISMUNDO SPINA (org.), *História da língua portuguesa*, Atelie Editorial, Cotia (SP), 2008, pág. 431

⁶ *Ivi*, pág. 376

Com o século XIX e os movimentos do Romantismo, levantaram-se as questões sobre a língua “do Brasil”: tratava-se de uma língua independente – o brasileiro – ou era uma variante do português de Portugal? O debate prosseguiu durante todo o século, até que o movimento naturalista propôs a tese de uma língua independente, com leis próprias. Porém, os estudos mais recentes da linguística e da sociolinguística demonstraram que a língua não pode ser independente dos seus falantes, pois são os falantes mesmos que a inovam; como afirma Serafim Da Silva Neto, “*a verdade é que a língua, longe de ser um organismo, é um produto social, é uma atividade do espírito humano. Não é, assim, independente da vontade do humano, porque o homem não é uma fôlha sêca ao sabor dos ventos veementes de uma fatalidade desconhecida e cega*”⁷. O Brasil é o “exemplo vivente” desta afirmação porque, como já vimos, o português do Brasil teve muitas influências por línguas estrangeiras, dada a forte imigração que o país teve nos séculos XVIII-XIX.

As fases das posições linguísticas dos especialistas brasileiros são muitas, mesmo porque faltou por muito tempo uma política linguística adequada. Por isso, para dar uma ordem nas várias fases da história linguística do Brasil, utilizamos as palavras de Sílvio Elia que, no seu livro *El portugués en Brasil*, afirma:

Desde el punto de vista de la cuestión lingüística, sugerimos el siguiente esquema: 1.º período, 1820-1880: el Romanticismo, reacción nacionalista de Alencar; 2.º período, 1880-1920: el Naturalismo, reacción conservadora, Rui Barbosa; 3.º período, 1920-1945: el Modernismo, nacionalismo y brasileñismo, Mário de Andrade; 4.º período, Postmodernismo, unidad/diversidad, politización (sin un nombre ni símbolo definido).⁸

Reassumindo o que Sílvio Elia diz no seu livro, a primeira época é nacionalista: destaca-se a existência de um dialeto brasileiro que os especialistas querem ver reconhecido como verdadeira língua. Na segunda época, há uma

⁷ SERAFIM DA SILVA NETO, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963, p. 17

⁸ SÍLVIO ELIA, *El portugués en Brasil*, Editorial Mapfre, Madrid, 1992, pág. 212-213

reação conservadora, com os puristas; é fundada também a Academia Brasileira de Letras, mas fica a ideia de uma diferenciação do português do Brasil. É mesmo nessa altura que foi publicado *O dialeto caipira* (1920), obra com a qual começa o estudo sistematizado das falas brasileiras. A época seguinte é a do futurismo de Marinetti, com o qual voltam as tendências independentistas; enfim, no pós-Modernismo, os estudiosos voltam a uma espécie de conservadorismo.

Não obstante esta tendência, os especialistas enfrentam também o problema da hegemonia da língua: emerge a questão da classe dominante (representada pelo português de Portugal) e da classe oprimida (português do Brasil), resultado dos novos movimentos pós-colonialistas que se estavam a desenvolver entre as ex-colónias; já no fim do século XIX, podia-se ler no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa que

Como o domínio literário da velha metrópole europeia não cessou com o domínio político, a linguagem literária do grande império da América meridional não se afasta senão nalgumas peculiaridades de importância secundária do português da Europa⁹.

A través destas ideias chegou-se, por fim, a considerar o português do Brasil como uma variante do português de Portugal. Com efeito, nos anos 70 do século XX, os filólogos e os especialistas acabaram com a introdução do conceito de “unidade na variedade”, porém sublinhando que “unidade não é igualdade”¹⁰.

O nacionalismo brasileiro sobre a língua portuguesa continuou prosseguindo com vagas conservadoras (ou seja, que olhavam ao português de Portugal) e outras mais nacionalistas (ou seja, com tendências que consideravam o português do Brasil como idioma independente).

⁹ Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Em: Serafim Da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963, pág. 23

¹⁰ CELSO CUNHA em Ariel Castro, *A língua do Brasil*, Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2000, pág. 162

No próximo parágrafo vamos falar mesmo da situação atual das duas normas, após as ditaduras e os movimentos conservadores ou nacionalistas, considerando também os outros países de língua portuguesa.

A idade contemporânea

A história geopolítica da área luso-brasileira pode ser dividida em três fases, segundo a classificação que dá Gilvan Müller de Oliveira¹¹: a época da Guerra Fria, na qual em Portugal e no Brasil houve governos ditatoriais; a época da normalização democrática no pós-25 de Abril; o período pós-2004, com novas relações internacionais entre os países de língua portuguesa.

Após muitos anos de nacionalismos linguísticos e regimes autoritários que não permitiam a expressão livre dos cidadãos, portanto, os países lusófonos começaram a colaborar. Dessas novas colaborações nasceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990; porém, este acordo não teve o sucesso esperado. Com efeito, demoraram 19 anos para que os governos das comunidades lusófonas implementassem o acordo e absorvessem a pressão social para a sua aplicação. Com o Acordo Ortográfico de 1990, a lusofonia começou uma nova política de gestão da língua portuguesa e do espaço lusófono.

Antes no tempo, pelo contrário, havia uma gestão colonial da política linguística: as variedades das ex-colónias eram tratadas como dialetos ou até mesmo como crioulos (com aceção negativa do termo). No tempo, portanto, mudou a maneira de enfrentar o problema da mudança e da variação linguística; o novo modelo de gestão é internacional, multilateral, e comunitário, ou seja, que é realizado no espaço dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CLCP) e tem cuidado com as várias características e necessidades de cada país.

¹¹ GILVAN MÜLLER DE OLIVEIRA, «Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI». Em: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.), *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*, São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pág. 53

A situação atual mostra uma grande variedade também entre as situações sociolinguísticas: língua oficial em dez países, o português é a quinta língua mais usada na rede e os seus falantes nativos ou de segunda língua são entre 221 e 245 milhões. Ainda que as duas variantes maiores e reconhecidas como normas só sejam a norma europeia (esta norma é a de referência para os países africanos de língua portuguesa) e a norma brasileira, hoje todas as variedades são consideradas no mesmo nível. De acordo com Gilvan Müller de Oliveira, a situação melhorou também porque

O período pós-2004, que aqui nos interessa, tem sido um período virtuoso para o crescimento da língua portuguesa, tanto internamente como externamente. Ampliou-se o letramento da população, a inserção dos países na sociedade internacional, o crescimento da classe média, criando uma produção e um consumo cultural mais sofisticados, mais viagens ao exterior e maior acesso à internet.¹²

Concentrando-se nos dois atores principais e objeto desta tese, porém, pode-se dizer que a política linguística do século XX herda as consequências da separação entre o Brasil e Portugal e da história do império, com movimentos nacionalistas brasileiros que, ainda hoje, reivindicam a existência do português brasileiro. Além disso, a distinção no Brasil entre a língua escrita e falada e as diferenças entre as duas causam dificuldades para a escolarização e conseqüentemente, na força destes movimentos.

Estas dificuldades e a centralidade que as línguas têm cada vez mais na economia mundial, são os motivos principais pelos quais decidiu-se ir para a normatização convergente, ou seja, “*uma norma (ortográfica) negociada entre todos os países, dos maiores aos menores, em regime de paridade, demonstrando a corresponsabilidade de todos para com a língua comum*”¹³. O objetivo final, portanto, é o reconhecimento das diversidades lexicais e sintáticas, mantendo a unidade nas regras gramaticais, fundamentais para identificar uma língua.

¹² *Ivi*, pág. 62-63

¹³ *Ivi*, pág. 70

Objetivo da normatização convergente é, também, a superação da concepção hegemónica-colonial da língua, que prevê sempre uma hierarquização das variedades do português. Para fazer isso, de acordo com a perspetiva brasileira, é preciso deixar de olhar ao português como ponto de partida e delinear um português que seja ponto de chegada.

Porém, a normatização convergente tem uma herança incómoda: aquela da lusofonia. A lusofonia era uma ideologia cujo objetivo era a unificação da língua, mantendo uma visão colonial da questão: isso significa que, em suma, o português de Portugal era a variedade “standard”, enquanto as outras variantes ficavam “abaixo”. Também, pensava-se que a língua era só um sistema independente de fatores externos. Parece claro, todavia, que a língua não é uma ilha que nunca é influenciada.

A ideia de lusofonia, portanto, estava ligada à perceção do “outro” e, de consequência, as ideologias tornavam-se mais importantes do que os especialistas imaginavam:

O saber projetado sobre as línguas, seus usuários, e sua cultura não seriam, por esse viés, política e historicamente inocentes: ao fabricar realidades socioculturais, atuam como forma de controle e organização, pois as formas de construção do “outro” têm desdobramentos materiais inexoráveis¹⁴.

É possível dizer, então, que a língua é definida também pelos seus falantes e os instrumentos de regularização – nomeadamente os dicionários e as gramáticas – às vezes só devem tomar nota. O problema maior é, pois, que as gramáticas acabam sendo conservadoras, ainda que fiquem instrumentos privilegiados; junto às gramáticas, a literatura também constitui-se “*como um importante instrumento de regulação dos usos linguísticos e o uso da língua que é*

¹⁴ BRANCA FALABELLA FABRÍCIO, «A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico». Em: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.), *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*, São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pág. 152

*feito pelos autores literários que constituem o cânone é tomado como fundamento e justificação de outros instrumentos de regulação*¹⁵.

Em colaboração com às gramáticas e à literatura há também a tradução, como explicam sempre Margarita Correia e José Pedro Ferreira: “*é muitas vezes por meio da tradução que são introduzidos na nossa língua os neologismos de que necessitamos para expressar a própria evolução*”¹⁶. Em outras palavras, os tradutores contribuem à formação da norma padrão de uma língua e também ajudam a fixação do progresso da língua.

Encontramos, na língua, uma influência contínua que chega de muitos lados, demonstrando assim que os idiomas não podem ser ilhas, mas sim estão condicionados também por idiomas “primos” deles. Um exemplo é aquele do espanhol: quando se fala do sistema pronominal utilizado na América do Sul (sobretudo em Argentina), pode-se ver como também no espanhol, para a 2^a pessoa singular, usa-se *vos* conjugado na 2^a pessoa plural. Pelo contrário, na Espanha e em Portugal utiliza-se o *tu*.

As formas de tratamento do tipo “o senhor/a” são a forma não marcada para exprimir “cortesia”; porém, preferem-se outras soluções, como o sujeito implícito.

Mesmo por causa das influências que pode sofrer a língua (e a facilidade com que pode ser influenciada) não parece possível dizer que o conceito de língua é um conceito científico puro: este conceito sempre está entrelaçado com aspetos sociológicos, antropológicos e ideológicos.

¹⁵ MARGARITA CORREIA E JOSÉ PEDRO FERREIA, «Dicionários e vocabulários ortográficos na constituição da norma». Em: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.), *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*, São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pág. 300

¹⁶ *Ivi*, pág. 301

Os movimentos que, por exemplo, reivindicam a independência do português brasileiro, estão incluídos nas questões de política linguística: com efeito, também a divisão entre dialeto e língua é política.¹⁷ Por isso, é possível afirmar que também as línguas crioulas e as línguas não crioulas são um conceito de política linguística, pois quem pode definir o que é crioulo e o que não é?¹⁸

De acordo com todas as histórias de todas as línguas, não é possível definir uma língua como “pura”, que fique igual às origens e que, portanto, não mude. O que acontece também com as mudanças no sistema dos pronomes portugueses é, portanto, que

os advogados do português padrão, com suas marcas redundantes de plural e de pessoa verbal, insistem em preservar artificialmente, como faz toda e qualquer norma instruída de cima para baixo, uma filiação direta ao latim, ao venerado latim, ao sacrossanto latim.¹⁹

É o que acontece com as gramáticas que, muitas vezes, olham para o passado e acabam por não reconhecer as mudanças introduzidas pelos falantes. Às vezes, essas mesmas mudanças são determinadas por erros dos mesmos falantes, ou por degradações fonéticas e semânticas das palavras.

Falando da lusofonia, por outra parte, os especialistas estão a estudar uma maneira para conservar a unidade da língua, mesmo tendo em conta das diversidades das variedades. Neste contexto insere-se o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, ideado em 1990, que só começou a tornar-se efetivo em 2009 no Brasil e em 2011 em Portugal.

¹⁷ veia-se dois casos aqui descritos em breve: na Itália, são considerados dialetos também variedades do italiano que não são compreensíveis entre si mesmos (por exemplo, um falante do Vêneto não se entende com um falante da Sicília, se ambos falarem no próprio dialeto); porém, línguas como aquelas da Escandinávia, que são muito parecidas e que são intercompreensíveis entre si mesmas, são consideradas línguas independentes em correspondência de cada país.

¹⁸ MARCOS BAGNO, «Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas». Em: Luiz Paulo da Moita Lopes (org.), *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*, São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pág. 324

¹⁹ *Ivi*, pág. 325

Este acordo mudou a ortografia de algumas palavras, mas deixaram-se uns anos nos quais as duas versões das palavras eram aceites. O período de transição terminou em maio de 2015 e o Acordo Ortográfico entrará definitivamente em vigor em 2016.²⁰

Portanto, se na ortografia está a ser procurada a unidade, no léxico não está a acontecer a mesma coisa: os neologismos das variedades são inseridos regularmente nos dicionários, especialmente aqueles da norma brasileira, única variedade (no momento) oficialmente reconhecida.

Como veremos nos parágrafos seguintes, a situação é também diferente em aspetos gramaticais e sintáticos, como por exemplo o uso dos pronomes pessoais ou os problemas de concordância pessoa-verbo-pronome possessivo.

Todos os fenómenos de variação com respeito a norma padrão são estudados para entender a origem deles, porém os gramáticos ainda estão a discutir se aceitar estas mudanças – e incluí-las nas gramáticas – ou manter a tradição. No momento ainda prevalece a segunda opção – a tradição; porém, é necessário tomar nota das mudanças que já aconteceram e que estão consolidadas no vocabulário dos falantes.

1.2. A linguagem e a tradução durante as ditaduras

António de Oliveira Salazar era um catedrático da Universidade de Coimbra, que foi chamado a Lisboa como ministro das Finanças para resolver a crise financeira de Portugal; ele colaborou com o governo várias vezes, até que *“recognizing that Salazar had become the regime’s ‘indispensable man’, General Carmona appointed him prime minister, on July 1932”*²¹.

²⁰ <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/novo-acordo-ortografico-periodo-de-transicao/23239>

²¹ PAUL H. LEWIS, *Latin fascist elites: the Mussolini, Franco and Salazar regimes*, Westport: Praeger Publishers, 2002, pág. 133

Salazar era um homem com uma grande tradição católica, graças a influência da mãe muito católica. Também, o ditador estudou num seminário perto de Viseu. Durante a ditadura, por isso, a Igreja Católica colaborou muito com a ditadura direta e indiretamente: visto que a ditadura era um regime muito conservador, a Igreja inicialmente apoiou-a para manter o *status quo* da sociedade. Além disso, sendo a Igreja uma instituição tipicamente conservadora, ajudava a ditadura também de maneira indireta, até que a Igreja tomou oficialmente uma posição neutra.

O objetivo de Salazar era manter a sociedade como era naquele momento, restaurando uma ordem social que preservasse as tradições de Portugal, a religião e a unidade do país.

Muito importante era, por isso, manter uma hierarquia social bem definida, na qual proprietários de terras, profissionais e homens de negócios constituíam a elite. Para a manter e para manter o consenso, nas eleições de 1934 “*voter registration was limited by income and literacy requirements to less than half of the adult population. [...] Education, of course, would be one of Salazar’s pet concerns, especially in light of his hostility to modernity*”.²²

Por uma parte, tratava-se de pessoas que tinham estudado; por outra, porém, a elite tinha a tendência a ter uma idade média alta, por causa da pouca confiança que o ditador tinha nos jovens.

O resultado na linguagem foi uma linguagem “velha”, que não se renovava e que contribuía a manter a hierarquia e a hegemonia da elite social portuguesa. Com efeito, o português de Portugal ficou “bloqueado” até o fim da ditadura, quando as pessoas foram novamente livres de se exprimir.

²² Ivi, pág. 144-145

O processo de mudança e renovação, na verdade, começou já nos anos 60:

duas sociedades viviam no mesmo território, sob o mesmo Estado. Apesar das mesmas raízes e da génese comum, duas sociedades pareciam territorialmente separadas e destinadas a seguir caminhos diversos. Uma, urbana, concentrada no litoral, em curso de modernização lenta, em vias de alfabetização gradual, quase letrada, em contacto com o mundo exterior, com acesso a fontes de informação modernas e a modelos de consumo próprios das sociedades industrializadas. Nesta sociedade, as hierarquias eram formais, mais baseadas no direito do que no costume, e as relações humanas eram funcionais. [...] ao lado desta, uma sociedade rural, tradicional, dispersa pelo chamado interior, estava como que cortada das formas modernas de acesso ao consumo e à informação. As relações humanas e sociais repousavam na família e no costume, as hierarquias eram informais e atávicas, a subsistência era o critério de organização da vida económica e a religião dominava a cultura.²³

Junto à sociedade, a língua portuguesa também começou a mudar, perseguindo as tendências europeias. Com o fim da ditadura, os cidadãos tiveram nova liberdade de expressão e isso refletiu-se também nas relações pessoais, que se tornaram mais próximas. Como consequência, mudou também o uso do idioma.

No caso do Brasil, quando olhamos à sua história e à história do português neste país, encontramos uma censura muito forte durante a altura da primeira ditadura e do regime militar.

Durante a primeira metade do século XX, aqui também a Igreja teve um papel fundamental na manutenção do *status quo*. Entre todas as ferramentas que tinha a disposição para o manter, havia a linguagem:

toda a linguagem religiosa está direcionada pela preservação da ordem moral, pelo respeito às autoridades constituídas e pelos valores religiosos católicos. Como sabemos, a linguagem (o discurso) é instrumento como as coisas, com capacidade de induzir os indivíduos, determinando valores

²³ ANTÓNIO BARRETO, «Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995», *Análise social*, vol. XXX (134), 1995, 842-843

e concretizando propostas. [...] A Igreja-docente é constituída pelos leigos, que devem aprender e seguir os ensinamentos da hierarquia.²⁴

Com a segunda metade do século, a situação mudou e a Igreja concentrou-se mais na ação social. Também, nasceram os movimentos maiores para a independência do português brasileiro: estes sublinharam as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil.

As duas normas afastaram-se ainda mais, até chegarem a ter versões diferentes nas traduções de autores estrangeiros. Com efeito, as primeiras grandes traduções feitas no Brasil, tinham o objetivo de demonstrar que a “língua brasileira” era diferente do português europeu:

as primeiras grandes editoras começaram a surgir na década de 30. A produção nacional não era muito abundante e diversas casas incluíram em sua programação as obras-primas da literatura mundial, em parte por verificar que a linguagem das traduções publicadas em Portugal diferia muito da usada no Brasil, em parte porque obras do domínio público não pagavam direito autoral.²⁵

Uma das maiores diferenças entre o português de Portugal e o brasileiro está mesmo no uso dos pronomes, por causa das diferentes tendências que há na Europa e na América do Sul: o português de Portugal está hoje dirigido para a utilização cada vez mais importante do pronome de segunda pessoa singular *tu*. Pelo contrário, o Brasil segue uma tendência diferente, em linha com as tendências da América do Sul, ou seja, o uso sempre maior de formas de tratamento que se referem à terceira pessoa singular, quando o interlocutor é a segunda pessoa singular. Falamos de “formas de tratamento” como o “você”, que só na idade contemporânea começa a ser considerado como pronome. Não obstante o uso difuso, com efeito, as gramáticas ainda têm dificuldades em reconhecer o “você” como pronome.

²⁴ LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO, «Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)». Em Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano, o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, pág. 99

²⁵ PAULO RÓNAI, *A tradução vivida*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981, pág. 90

As traduções, por seu lado, utilizam a língua reconhecida como oficial, mas também têm de ter cuidado com o estilo da língua de partida e com as suas particularidades dialetais. Além disso, como afirma Paulo Rónai,

Os pronomes, antes elementos estruturais que nocionais, à primeira vista não deveriam apresentar problemas. Na verdade, eles constituem um cipoal, onde só se pode avançar com o maior cuidado. Os pronomes pessoais em particular estão envolvidos numa rede de convenções e complicações de hierarquia social que é impossível desenredar sem conhecimento íntimo da língua de partida.²⁶

Mesmo porque os pronomes estão envolvidos nestas redes de convenções e complicações, as traduções estão sujeitas ao envelhecimento; muitas vezes, então, é preciso fazer novas traduções para atualizar, onde possível, o discurso. É preciso, porém, sublinhar o “onde possível” porque, no caso de atualizar demais, perde-se as características da antiguidade da língua nas obras mais velhas.

Além disso, a língua e os métodos de tradução mudam também por causa das épocas históricas nas quais as traduções são realizadas. Torna-se importante considerar, então, as características mais relevantes das ditaduras de Portugal e do Brasil.

Por sua parte, o objetivo de Salazar era manter uma sociedade fixa, que não se evoluísse, mantendo o *status quo* a través da imposição de uma hierarquia social bem definida. Destes ideais e ideias políticas derivou, portanto, uma linguagem que também refletia a hierarquização da sociedade.

Na tradução era mas fácil intervir porque só se traduzia o que era conveniente traduzir, ou seja, tudo aquilo que não causasse perigo ou que não fosse “subversivo”, como afirma Alexandra Assis Rosa em *Traduzir durante o*

²⁶ *Ivi*, pág. 80

Estado Novo.²⁷ Sempre de acordo com Assis Rosa, parece que a censura era mais tolerante com as obras estrangeiras²⁸.

Então, o Estado podia decidir o que traduzir e o que era considerado “subversivo”, ainda que se tratasse de uma obra estrangeira.

Por outra parte, no Brasil, a política cultural durante o regime militar tinha uma linha irregular: ora atuava a censura à produção que era considerada de oposição, ora criava projetos de modernização da sociedade, com investimentos nas infraestruturas e com a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção cultural²⁹.

A ditadura brasileira era, porém, também um regime nacionalista; por isso, o regime concentrava-se na difusão da cultura brasileira e, se calhar, foi também por isso que nesses anos se desenvolveu mais uma vez a questão do “brasileiro”. Com efeito, nestes anos os linguistas e filólogos brasileiros escreveram muito sobre a necessidade de reconhecer o português do Brasil como língua independente; portanto, parece razoável pensar de encontrar muitas diferenças nas traduções analisadas.

²⁷ ALEXANDRA ASSIS ROSA, «Politicamente só existe o que o público sabe que existe. Um olhar português sobre a censura: levantamento preliminar». Em: Teresa Seruya, Maria Lin Moniz, Alexandra Assis Rosa (org.), *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009

²⁸ *Ibidem*

²⁹ NATALIA AP. MORATO FERNANDES, «A política cultural à época da ditadura militar», *Contemporânea*, v.3, n.1, Jan/jun 2013

O sistema pronominal: revisão da literatura

2.1. A tradição gramatical e as novas teorias

De maneira geral, as gramáticas prescritivas hoje propõem um modelo no sistema pronominal que é igual tanto na norma europeia como na norma brasileira. Nestas gramáticas encontramos normas aplicáveis nas duas normas na mesma maneira; porém, ainda que estas admitam a presença de diferenças entre o português de Portugal e do Brasil no uso e na posição dos pronomes, a ênclise é a forma considerada correta e os pronomes pessoais são sempre aqueles canónicos.

Entre as gramáticas consultadas, emerge uma posição conservadora com respeito ao tema: as mudanças são introduzidas nos manuais com muito cuidado e, muitas vezes, são apresentadas como mudanças em ato em âmbitos familiares ou jovens.

É claro que a norma que está a sofrer as mudanças maiores é a brasileira, mas é difícil defini-las empiricamente: de acordo com o que afirma Silvia Rodrigues Vieira sobre o problema da posição dos pronomes átonos e dos elementos atractores (e que, porém, é válido para qualquer aspeto dos pronomes portugueses), “*a falta de estudos que atestem as estruturas efetivamente usadas nas variedades do PB impede qualquer generalização*”³⁰. A falta de estudos é mesmo a dificuldade maior encontrada na realização desta tese: por um lado, no Brasil são numerosos os artigos científicos que tratam o tema do sistema pronominal; por outro, foi difícil encontrar artigos sobre a evolução do sistema pronominal da norma europeia.

³⁰ SILVIA RODRIGUES VIEIRA «Colocação pronominal». Em: Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão (org.), *Ensino de Gramática – descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto, 2013, pág. 127

Uma motivação pode ser que, em Portugal, continua-se a usar as regras do português padrão, tanto na língua escrita como na fala. Padrão que, também nas gramáticas, inclui o *vocês* como pronome de 2ª pessoa plural.

No Brasil, pelo contrário, a fala diferencia-se da língua escrita e, de acordo com alguns especialistas, é mesmo a fala que deveria ser o modelo para a língua escrita na norma brasileira. Com efeito, Dina Callouh afirma que, como é demonstrado, a fala brasileira diferencia-se daquela portuguesa; por isso, no Brasil o padrão não é aceite e

a partir dessa ruptura emergiu o fenômeno da língua falada no Brasil, na sua variante culta, como modelo, como norma, para a língua escrita não literária. Essa nova prática punha, antes de mais nada, em contraste, as variantes cultas e as variantes populares.³¹

Não obstante estas novas posições, as gramáticas e os teóricos da norma europeia permanecem numa posição conservadora e reconhecem como errado o uso de certas estruturas sintáticas do português do Brasil.

No entanto, o nacionalismo linguístico brasileiro é ainda muito forte e os linguistas brasileiros estão a procurar a maneira de demonstrar a independência sintática da norma brasileira no português.

Especialistas como Marcos Bagno intentam demonstrar que a questão é de reconhecer variedades diferentes, mais que definir o que é certo e o que é errado:

Como sempre acontece, a pesquisa e a reflexão sobre os dados nos revelam coisas muito mais interessantes do que a velha divisão entre o “certo” e o “errado” que, infelizmente, ainda vigora na mentalidade dos tradicionalistas. Construções como “eu custo a crer” aparecem nas obras de escritores brasileiros desde o Romantismo [...] É lamentável, portanto, que obras bem mais recentes continuem a desprezar os fatos palpáveis e continuem condenando o que milhões de brasileiros falam e escrevem há quase duzentos anos! É o caso do dicionário *Michaelis* (1998) que considera a forma “eu custo a crer” simplesmente “inadmissível”.³²

³¹ DINAH CALLOU «Conceitos básicos» em Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão (org.), *Ensino de Gramática – descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto, 2013, pág. 21

³² MARCOS BAGNO, *Português brasileiro? Um convite à pesquisa*, São Paulo: Parábola editorial, 2009, pág. 121

Sempre de acordo com Marcos Bagno, também os falantes “cultos” não rejeitam as construções como “eu custo a crer” (trata-se da eliminação do pronome reflexivo, explicitação do pronome sujeito e conjugação verbal na 1ª pessoa singular, no lugar de “custa-me crer”), mas sim utilizam-nas frequentemente. Portanto, os linguistas reclamam a atualização das perspectivas e o reconhecimento de estruturas utilizadas que não correspondem ao português padrão. No caso de os linguistas reconhecerem estas diferenças, porém, emerge um outro problema para os gramáticos: sem estudos aprofundados, não é possível definir uma regra geral para a norma brasileira.

Além da falta de estudos, também é difícil encontrar dados unívocos que permitam definir um “padrão brasileiro”: com efeito, não obstante as mudanças em ato, o comportamento dos indivíduos é ainda instável.

2.2. Pronomes pessoais sujeito

O sistema dos pronomes pessoais do português padrão de Portugal, como indicado nas gramáticas, é ainda hoje: *eu, tu, ele/a, nós, vós, eles/as*. O uso do *você/s* só é reconhecido como forma de tratamento de 3ª pessoa ou como estratégia/pronome de tratamento de 2ª pessoa; a expressão *a gente*, por outra parte, é considerada como “*fórmula de representação da 1ª pessoa, forma de tratamento, pronome indefinido ou, ainda, recurso para indeterminar o sujeito*”³³.

A situação atual, porém, é muito diferente: em Portugal *vocês* já substituiu o *vós* há várias décadas e o *você* como palavra é evitada pela maioria das pessoas na área lisboeta, ou seja pelos falantes da variante considerada “padrão”³⁴. Também, prossegue o processo em que se utiliza cada vez mais o *tu*, evidenciando a aproximação das relações sociais. Esta evolução procede de acordo com o fenómeno europeu no qual o *tu* gana espaço sobre as formas de tratamento de cortesia.

³³ CÉLIA REGINA LOPES «Pronomes pessoais». Em: Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão (org.), *Ensino de Gramática – descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto, 2013, pág. 105

³⁴ IRENE LUCARELLI, *Il você: studio pilota sul suo uso nell'area lisboeta*, 2013, tesi di laurea triennale, Università degli Studi di Padova

O paradigma atual dos pronomes pessoais da norma europeia, portanto, pode ser assim:

1ª sg	Eu
2ª sg	Tu
3ª sg	Ele/a
1ª pl	Nós
2ª pl	Vocês
3ª pl	Eles/as

No Brasil, pelo contrário, o paradigma dos pronomes pessoais vai para a simplificação, resultando assim: *eu, você, ele/a, nós, vocês, eles/as*. Desta maneira, o paradigma dos verbos também se simplifica, ficando com duas pessoas. Outra expressão muito usada é *a gente*, expressão que não resulta ser pronominalizada, mas sim é utilizada como pronome de 1ª pessoa plural sobretudo pelos falantes nativos brasileiros. Usando *a gente*, o paradigma verbal simplifica-se ainda mais.

Entre as gramáticas consultadas, a *Nova gramática do português contemporâneo*³⁵ reconhece algumas das mudanças que estão a acontecer no sistema pronominal do português brasileiro; porém, estas são admitidas só no âmbito familiar e coloquial. Uma outra gramática mais recente, a *Gramática do português*³⁶, divide os pronomes pessoais: há os pronomes canónicos – ou seja os tradicionais *eu, tu, ele/ela, nós vós, eles/elas* – e os pronomes *você/s* e *a gente*.

³⁵ CELSO CUNHA E LINDLEY CINTRA, *Nova gramática do português contemporâneo*, 6ª edição, Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013

³⁶ EDUARDO BUZAGLO PAIVA RAPOSO, MARIA FERNANDA BACELAR DO NASCIMENTO, MARIA ANTÓNIA COELHO DA MOTA, LUÍSA SEGURA, AMÁLIA MENDES, *Gramática do Português*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013

Antes de os definir como pronomes, porém, a gramática da Fundação Calouste Gulbenkian distingue a “pessoa gramatical” da “pessoa semântica”.

A “pessoa semântica” refere-se à dêixis pessoal, ou seja, às pessoas envolvidas no discurso: o falante, o ouvinte e as entidades sobre as quais os interlocutores falam. Por isso, o pronome de 1ª pessoa é qualquer pronome utilizado pelo falante para se referir a si próprio; o pronome de 2ª pessoa é usado para se referir ao ouvinte; o pronome de 3ª pessoa para se referir às outras entidades. Por outro lado, a “pessoa gramatical” é “*uma propriedade de natureza puramente morfossintática, e não coincide necessariamente com a pessoa semântica*”³⁷. As pessoas gramaticais, portanto, são representadas pelos pronomes pessoais “canônicos”, tanto os pronomes fortes como os fracos.

Os pronomes *você* e *a gente*, a nível semântico, são pronomes de 2ª pessoa singular e 1ª pessoa plural (respectivamente). Gramaticalmente, pelo contrário, são pronomes de 3ª pessoa singular. *Você* e *a gente* funcionam também como complementos diretos, indiretos e de preposição.

Uma proposta do paradigma pronominal do Brasil, de acordo com Marcos Bagno, pode ser:

1ª sg	Eu
2ª sg	Você
3ª sg	Ele/a
1ª pl	Nós/A gente
2ª pl	Vocês
3ª pl	Eles/as

³⁷ EDUARDO BUZAGLO PAIVA RAPOSO, MARIA FERNANDA BACELAR DO NASCIMENTO, MARIA ANTÓNIA COELHO DA MOTA, LUÍSA SEGURA, AMÁLIA MENDES, *Gramática do Português*, vol. 1, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pág. 899

Além dos pronomes pessoais, a diferenciação que se apresenta entre as duas normas encontra-se no uso do sujeito explícito ou implícito: na norma europeia, por causa da diferenciação do paradigma, vai-se para o uso sempre maior do sujeito implícito. Trata-se de um fenômeno difuso em outros idiomas românicos, como o espanhol e o italiano: com efeito, a conjugação do verbo nestas línguas contem toda a informação semântica necessária. Pelo contrário, no Brasil, o paradigma verbal vai para a simplificação, mesmo por causa da simplificação do paradigma pronominal. Por isso, aumentam os casos de ambiguidade e os falantes precisam utilizar o sujeito pleno.

A simplificação do paradigma verbal na fala pede aos falantes de explicitar os sujeitos das frases; se não, o resgo é que as frases não sejam claras aos interlocutores. Como afirma Marcos Bagno,

o mesmo tempo, estamos cada vez mais sentindo a necessidade de explicitar foneticamente o sujeito. Já os portugueses agem ao contrário: usam muito os clíticos para representar o objeto direto e apagam o sujeito, já explicitado pela desinência do verbo.³⁸

Dada esta diferenciação, sobre tudo a variedade brasileira é objeto de estudos e viu-se que as estruturas da fala começam a influenciar também a língua escrita e os falantes mais escolarizados; além disso, a brasileira é a variedade mais estudada porque é aquela que mais está a mudar.

Isso não quer dizer que a norma europeia não mudou no tempo; porém, em vez de mudar as estruturas sintáticas, simplesmente deixou de utilizar algumas estruturas que passaram a ser obsoletas.

Uma mudança que as duas normas compartilham é aquela do pronome que se refere à 2ª pessoa plural: o *vós* foi substituído pelo *vocês*. Não obstante a mudança, vimos que as gramáticas não a reconhecem e utilizam ainda o *vós* como pronome.

³⁸ MARCOS BAGNO, *Português brasileiro? Um convite à pesquisa*, São Paulo: Parábola editorial, 2009, pág. 112

Com razão, Barbara Gori afirma que

può accadere, quindi, che due testi cronologicamente contemporanei si rivelino discordanti sul piano evolutivo, fatto abbastanza consueto in letteratura, per la coesistenza di autori “arcaizzanti” e “innovativi”. Questo può in parte spiegare, ma non giustificare, il perché, in termini generali, le grammatiche descrittive sembrano ignorare i mutamenti in atto nelle lingue, presentandole come un sistema statico.³⁹

Faltam, portanto, estudos de gramáticos que introduzam verdadeiras inovações na maneira de conceber as regras, além do que é “certo” ou “errado”.

2.3. As Formas de Tratamento

Os pronomes de tratamento aparecem na língua portuguesa na Idade Média, quando foram flanqueados aos pronomes de 2ª pessoa. A primeira forma de tratamento a receber a gramaticalização é o *Vossa Mercê* que, como se sabe, transformou-se em *você*. A nível formal, os pronomes de tratamento são locuções que têm a função de verdadeiro pronome pessoal: levam o verbo conjugado na 3ª pessoa, ainda que o falante se dirija à 2ª pessoa.

Hoje, as formas de tratamento são *Vossa Alteza*, *Vossa Eminência*, *Vossa Excelência*, *Vossa Magnificência*, *Vossa Majestade*, *Vossa Excelência Reverendíssima*, *Vossa Paternidade*, *Vossa Reverência*, *Vossa Santidade*, *Vossa Senhoria*; são utilizadas para bispos, cardeais, reitores de universidades e funcionários públicos graduados.

Especialmente na linguagem escrita, os pronomes de tratamento acompanham o verbo, mesmo para evitar a confusão que se criaria por causa da flexão do verbo (com efeito, tanto na 2ª como na 3ª pessoa o verbo é conjugado na 3ª pessoa).⁴⁰

³⁹ BARBARA GORI, «Proposta di collocazione delle formule allocutive *você* e *vous* nel paradigma dei pronomi personali soggetto del portoghese europeo», *Annali della facoltà di lettere e filosofia, università degli studi di Perugia*, vol. XXXVIII, nuova serie XXIV, 2000-2001, pág. 149-169

⁴⁰ CELSO CUNHA E LINDLEY CINTRA, *Nova gramática do português contemporâneo (6ª edição)*, Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2013, pág. 305

Por outro lado, os pronomes de tratamento são, de acordo com *Celso Cunha* e *Lindley Cintra*: *tu, você e o/a senhor/a*. *Tu* e *você* representam os pronomes da intimidade respetivamente em Portugal e no Brasil. O uso do *tu* em Portugal tem-se alargado desde o fim da ditadura de Salazar; no entanto, no Brasil foi o *você* que se impôs como pronome de intimidade.

O senhor (e relativas flexões de género e número) representa a forma de cortesia mais difusa no Brasil; em Portugal prefere-se usar o nome da pessoa à qual o falante dirige-se precedido pelo artigo determinativo (ex.: *A Paula não se importa...?*). Também são difusos os nomes de parentesco ou equivalentes; porém, quando aparece *o senhor* (e flexões), “em Portugal costuma fazer acompanhar as formas ‘o senhor’ e ‘a senhora’ da menção do respectivo título ou cargo. [...] Mais raramente, usa-se como tratamento o título não precedido de ‘senhor, senhora’, o que é considerado menos respeitoso”.⁴¹

No passado, a situação resultava bem diferente: em Portugal, a ordem social rígida da ditadura obrigava os cidadãos a respeitar uma ordem bem precisa das formas de tratamento a utilizar. Em 1979, em *Pronomes de distância do português actual em Portugal e no Brasil*⁴², o autor faz uma revisão das gramáticas presentes no mercado; no livro, portanto, lemos que

O emprego do pronome na posição de sujeito é então enfático. Os pronomes utilizam-se mais no português do Brasil, esclarece a Gramática Portuguesa, no qual “tu” por todas as camadas da sociedade, excepto nalguns estados como o Maranhão e o Rio Grande do Sul, foi substituído por “você” e no qual, também por causa duma grande simplificação das terminações verbais (nomeadamente pela uniformização em direcção à 3ª pessoa do singular), só o pronome de tratamento decide sobre a expressão da relação entre falante e ouvinte. [...] lê-se que “tu” é o tratamento íntimo entre equivalentes, quase não é utilizado fora da família, e dentro dela também só entre pessoas da mesma idade e por mais idosos em relação a mais jovens. Assim, embora, os pais o digam com os filhos, prossegue, e os avós aos seus netos, e vice-versa, uma grande parte dos membros das gerações mais idosas não se deixa igualmente abordar por “tu”, mas sim por uma expressão (nome de distância) que indica o grau de parentesco e que está combinado com uma forma verbal da 3ª pessoa do singular (o pai, a mãe)⁴³.

⁴¹ *Ib.*

⁴² EBERHARD AXEL WILHELM, *Pronomes de distância do português actual em Portugal e no Brasil*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1979

⁴³ *Ivi*, pág. 17

No Brasil, pelo contrário, o *você* já era o pronome “certo” para contextos de intimidade. Além disso, entre os falantes menos cultos também era já presente uma confusão na concordância entre pronome que é utilizado e o correspondente reflexivo.

2.4. Os clíticos

Como acontece com os pronomes sujeito, com os pronomes clíticos também temos uma posição oficial e uma posição da fala. Portanto, se olhamos à situação do português padrão, vemos que o sistema dos pronomes clíticos (como aquela dos pronomes sujeito) não mudou. De acordo com Barbara Gori, no seu livro *La grammatica dei clitici portoghesi, aspetti sincronici e diacronici*⁴⁴, o esquema do sistema tradicional dos clíticos é o seguinte:

Pessoas gramaticais	Clíticos não reflexivos		Reflexivos
	Acusativo	Dativo	
1 ^a sg	Me	Me	Me
2 ^a sg	Te	Te	Te
3 ^a sg	o/a	Lhe	Se
1 ^a pl	Nos	Nos	Nos
2 ^a pl	Vos	Vos	Vos
3 ^a pl	Os	Lhes	Se

Porém, a situação “tradicional” do português padrão não representa o uso dos clíticos na realidade contemporânea, nem em Portugal, nem no Brasil.

⁴⁴ BARBARA GORI, *La grammatica dei clitici portoghesi, aspetti sincronici e diacronici*, Firenze: Firenze University Press, 2007, pág. 12

Em Portugal, a difusão do *vocês* como pronome de 2ª pessoa plural está a causar a redução do uso do clítico *vos* e do possessivo *vosso*, devido à percepção que *vocês+vos/vosso* se trata de um uso errado. Por outra parte, os clíticos são usados de acordo com as regras gramaticais tradicionais. Com efeito, a única mudança que sofreu o sistema pronominal de Portugal é mesmo na 2ª pessoa plural.

No Brasil, uma outra simplificação do paradigma dos pronomes na 2ª pessoa singular está a complicar ainda mais as coisas: a substituição do *tu* com o *você* traz complicações também no singular.

Já com o uso do *vocês* como pronome de 2ª pessoa plural, porém, encontramos problemas de compreensão: os pronomes clíticos a ser utilizados com *vocês* são aqueles de 3ª pessoa plural.

Quando usamos os mesmos clíticos para dois interlocutores diferentes, portanto, aparece o problema da ambiguidade do discurso. Com efeito, se usamos os mesmos clíticos para duas pessoas gramaticais, torna-se impossível determinar quem seja o destinatário da frase.

Utilizamos agora uns exemplos para explicar a ambiguidade apenas descrita:

1. Marco comprou-lhes umas balas

Frases como a do número 1 podem ter dois significados na norma padrão da língua, que são:

- 1a. Marco comprou umas balas *a eles*

- 1b. Marco comprou uma balas *a vocês*

Portanto, o destinatário da frase *1a* é a 3ª pessoa plural; pelo contrário, o destinatário da frase *1b* é a 2ª pessoa plural.

O *se* pode ser utilizado também como forma de referência arbitrária; neste caso, este clítico é indicado como impessoal, indeterminado ou nominativo por alguns gramáticos. Por causa dessa função, o *se* impessoal não pode aparecer em construções com objeto duplo.

Por outro lado, o *se* também pode ter função de agente da forma passiva; nem com esta função, o *se* pode estar na dupla expressão do objeto.

Ele como objeto direto

Como todos sabem, a língua falada é sempre diferente daquela escrita. Isto é especialmente verdadeiro no português falado no Brasil, onde a norma escrita está muito longe da fala. Marcos Bagno é um dos linguistas que intenta inserir aspetos da fala brasileira na construção de uma gramática do “brasileiro”.

Entre todos, uma característica que o linguista propõe é o *ele* (e as suas flexões) como objeto direto; com efeito, na fala brasileira, cada vez mais *ele* substitui o clítico de 3ª pessoa.

Claramente, as gramáticas tradicionais condenam este uso, porque errado. Porém, é o mesmo Bagno que tenta justificar este uso, recorrendo ao latim:

Na língua latina clássica não existiam pronomes-sujeitos nem pronomes objetos diretos para 3ª pessoa. [...] Bastava a forma do verbo para indicá-la. Aliás, mesmo os pronomes *ego, tu, nos, vos* eram pouco empregados, já que a desinência do verbo permitia a omissão do pronome-sujeito. Na formação do latim vulgar, do qual depois surgiriam as línguas românicas, sentiu-se a necessidade de preencher os vazios do quadro dos pronomes pessoais no tocante à 3ª pessoa. Para esse preenchimento, foram usados os pronomes demonstrativos *ille, illa, illud*⁴⁵.

De acordo com Bagno, portanto, não tem sentido para os normativistas procurar justificações a este fenômeno através das origens da língua.

⁴⁵ MARCOS BAGNO, *Português brasileiro? Um convite à pesquisa*, São Paulo, Parábola editorial, 2009, pág. 102

Ainda que o linguista brasileiro afirme que essas justificações são infundadas, ele admite que há limitações também no português brasileiro: “*os falantes cultos brasileiros usam o pronome ele como objeto direto principalmente quando esse objeto tem o traço semântico [...] quando se trata de um ser vivo e humano*”⁴⁶. Por outro lado, sublinha que *ele* como objeto direto começa a se encontrar também nos textos literários: exemplos estão nas obras de escritores como Clarice Lispector e Luís Fernando Veríssimo. Esta peculiaridade contribuiria, portanto, a inserir este uso nas gramática com direito.

No entretanto, nas gramáticas este fenômeno ainda não é reconhecido nem como característica da fala; se seguirmos as regras, teríamos de utilizar os clíticos “clássicos” e *ele* na posição de objeto não é permitido em nenhuma ocasião.

Em Portugal não existem fenômenos deste tipo: nem os nativos utilizam o *ele* como objeto direto, nem o omitem. Simplesmente, são percebidos como erros porque não seguem as regras; portanto, os clíticos continuam a ser utilizados na maneira tradicional. Além disso, se o Brasil tem uma tendência a anular o objeto e a expressar o sujeito, em Portugal há o fenômeno oposto: o sujeito é implícito, mas o objeto é sempre pleno.

Os problemas de concordância com os possessivos

O problema da concordância existe também com os possessivos, que se podem utilizar como pronomes. Para os resolver, os falantes encontraram várias soluções linguísticas.

Em Portugal, a dificuldade maior está na forma de cortesia singular: na fala, está a difundir-se como forma de cortesia a do *você*, eliminando da frase a palavra *você*.

⁴⁶ *Ivi*, pág 103

Com esta forma de cortesia há só um problema de ambiguidade com as outras pessoas: trata-se do caso em que, numa conversação, há três interlocutores e aparecem os possessivos.

Neste caso, o falante tem de explicitar a quem se está a dirigir:

Ex.: *A Dona Maria* não se importa se eu ler o *seu* livro?

No caso de o falante só dizer “não se importa se eu ler o *seu* livro?”, a pergunta ficaria ambígua e o ouvinte não poderia saber quem seria o destinatário. Explicitando o destinatário da pergunta com *Dona Maria*, o falante elimina a ambiguidade que se criaria com a presença de uma terceira pessoa.

No exemplo, vemos também que é possível por o artigo definido para realizar a forma de cortesia: esta solução é a mais frequente na variedade continental do português.

Outra maneira de resolver a ambiguidade, além de explicitar o sujeito, é de utilizar o pronome *dele* (coma as variações de número e género) como possessivo de 3ª pessoa: *dele* é o resultado da união da preposição *de* com o pronome *ele/s/a/as* e tratava-se da forma explícita do complemento possessivo. As gramáticas ainda não a consideram uma solução adequada, mas é aquela que os falantes nativos preferem para evitar a ambiguidade em contextos pouco claros.

No Brasil, a situação é mais complicada por causa das mudanças que o sistema pronominal está a sofrer: é possível encontrar ambiguidades com a 2ª e 3ª pessoa singular e plural.

Com uma pergunta como

2. De quem são esses livros?

a resposta

2a. São seus

resulta uma vez mais ambígua.

Para resolver este problema, os falantes usam pronomes explicativos, ainda que as gramáticas não fiquem convencidas ao 100% da solução.

Estas soluções introduzidas pelos falantes são, para a frase 1, usar o explicativo *a vocês* como na frase 1b. Para a pergunta do ponto 2, estas são as soluções:

3a. São deles

3b. São de vocês

Além dos problemas com as pessoas plurais, também há problemas de concordância entre a pessoa do verbo e os clíticos utilizados.

Os problemas de concordâncias ocorrem principalmente entre os pronomes pessoais e os possessivos e com a segunda pessoa expressa com pronomes pessoais como o *ocê* ou *a gente*. O conceito é explicado por Célia Regina Lopes,

a integração, principalmente no português do Brasil, de *ocê* e *a gente* no quadro de pronomes criou uma série de repercussões gramaticais em diferentes níveis da língua. Originada de uma expressão nominal de tratamento (*Vossa Mercê*) que leva o verbo para a terceira pessoa do singular, a forma *ocê* manteve algumas propriedades mórficas que acarretaram o rearranjo no sistema. Persiste a especificação original de 3ª pessoa, embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2ª pessoa.⁴⁷

O resultado desta integração no quadro dos pronomes é a chamada *mistura de tratamento*, ou seja, o uso de pronomes pessoais com os clíticos ou os possessivos errados. A postura prescritiva, pelo contrário, “*afirma que se deve manter a uniformidade de tratamento do pronome escolhido para a pessoa a que nos dirigimos*”⁴⁸.

⁴⁷ CÉLIA REGINA LOPES, «Pronomes pessoais». Em: Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão (org.), *Ensino de Gramática – descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto, 2013, pág. 103

⁴⁸ *Ivi*, pág. 106

Este problema é causado essencialmente por duas razões: primeiro, para evitar o problema de ambiguidade descrito antes. Entre as soluções dos falantes nativos, com efeito, encontramos a de utilizar os clíticos de segunda pessoa. Assim, ao interlocutor fica claro quem é o destinatário da frase. A segunda razão é que, pensando os falantes na 2ª pessoa (singular ou plural), utilizam os clíticos de 2ª pessoa e esquecem-se da concordância com o pronome pessoal.

Exemplo: Vão voltar para a minha casa? Tenho os *vossos* livros

De acordo com Marcos Bagno, os pronomes oblíquos de 3ª pessoa estão a desaparecer:

só conhecem esses pronomes (mas nem por isso usam) as pessoas que freqüentaram a escola e que, ali, entraram em contato (direta ou indiretamente) com os quadros pronominais da língua literária clássica e, por causa desse contato, sofrem pressão da norma-padrão conservadora. [...] Simplesmente *nunca* aparecem na fala das crianças que ainda não freqüentam a escola, nem na fala dos adultos analfabetos ou semi-analfabetos. Nesses dois grupos de cidadãos, que não sofrem o policiamento gramatical da escola, é que podemos encontrar as regras gramaticais que realmente estão em vigor, que fazem parte da *língua materna* da maioria da população.⁴⁹

2.5. Posição dos clíticos

Os clíticos do português podem ter três posições: ênclise, próclise ou mesóclise. A mesóclise é a posição que aparece menos e, no português de Portugal, está limitada aos tempos verbais do condicional e do futuro. Temos de distinguir, porém, entre a língua escrita e a fala: na fala do português de Portugal há uma tendência ao uso da simples ênclise no lugar da mesóclise, como está exemplificado no exemplo 147 em Barbara Gori⁵⁰:

*Telefonarei-te amanhã (Jorge, 56)
'Ti telefonerò domani'

⁴⁹ MARCOS BAGNO, *Português brasileiro? Um convite à pesquisa*, São Paulo: Parábola editorial, 2009, pág. 102

⁵⁰ BARBARA GORI, *La grammatica dei clitici portoghesi, aspetti sincronici e diacronici*, Firenze: Firenze University Press, 2007, pág. 60

No Brasil, por causa da tendência ao uso da próclise, a mesóclise quase não aparece. Com efeito, o problema de a mesóclise ser obsoleta nem se põe na fala, mesmo porque só está a ser utilizada a próclise. Na língua escrita, porém, a norma de referência é ainda a portuguesa, ainda que os linguistas e os literários brasileiros enfileiraram-se com o uso da próclise também na língua escrita.

A ênclise

A ênclise é a posição não marcada dos pronomes clíticos em Portugal e trata-se de uma característica arcaica das línguas românicas, que chega do latim. É caracterizada pela posição pós-verbal do clítico, que está ligado ao verbo com um hífen. De maneira geral, utiliza-se a ênclise quando

il clítico portoghese si colloca dopo il verbo quando il verbo si trova in prima posizione di frase, quando è preceduto dal soggetto, da un costituente circostanziale, da un elemento dislocato, da una frase subordinata, da una coordinata e da una congiunzione coordinante.⁵¹

Os clíticos encontram-se depois do verbo porque, como são átonos, precisam de uma palavra tónica à qual estar juntos. Não se tornam parte do verbo e não dependentes dele porque podem se deslocar quando há um atrativo de palavra.

Entre o verbo e o clítico há, portanto, uma clara relação sintática; porém, não é possível definir o fenómeno como exclusivamente como morfossintático, porque em realidade o clítico não se lega somente ao verbo, mas também ao Fogo da frase. Por isso, Barbara Gori generaliza assim: *“E’ possibile quindi formulare la seguente generalizzazione: il clítico portoghese è enclítico al Fuoco dell’enunciato in cui compare”*⁵².

⁵¹ *Ivi*, pág. 51

⁵² *Ivi*, pág. 72

A próclise

A próclise é a posição dos clíticos quando se encontram antes do verbo. Em Portugal, a próclise é a posição marcada dos pronomes átonos: é utilizada somente, por exemplo, quando há atrativos de palavra como *que, sem* ou com *preposições* ou com palavras de negação.

No Brasil, por outro lado, a próclise é a posição não marcada, sobretudo na fala. A próclise no Brasil não é determinada por palavras atrativas, é simplesmente a solução mais natural para os falantes: com efeito, não há sentido para os gramáticos afirmarem que a próclise no Brasil é regulada por regras de atração porque, de consequência, teriam de elencar todas as palavras – praticamente todas – que atraem os clíticos. Por isso, Gori afirma que *“il fenomeno della collocazione dei clitici nelle due varianti, europea e brasiliana, è governato da regole diverse e non può quindi essere spiegato allo stesso modo”*⁵³.

Os clíticos brasileiros diferenciam-se dos clíticos de Portugal por causa da tonicidade: aqueles portugueses são completamente átonos, portanto não é possível para eles estar em próclise; os clíticos brasileiros, no entanto, são semitônicos. Esta característica chega da natureza morfo-fonológica desses pronomes, que não sofreram a perda total do acento. Por isso, podem ocupar posições como aquela absoluta em início de frase.

Ainda que o uso da próclise seja reconhecido na fala, porém, as gramáticas raramente assinalam estas diferenças na colocação dos pronomes clíticos; isso é devido ao fato de que, ainda hoje, a norma que tem de ser seguida na língua escrita é aquela europeia. Portanto, as gramáticas continuam a ser conservadoras e só reconhecem as diferenças entre as duas normas como variedade da fala. O “conservadorismo” das gramáticas também é determinado pela carência de estudos sobre o tema, como afirma Silvia Rodrigues Vieira:

Embora o tema da colocação pronominal seja frequentemente evocado para a caracterização das variedades brasileira e europeia, não se dispõe, até onde se sabe, de dados descritivos sistematicamente coletados para a caracterização dessas variedades – fato que, em se tratando do PB, é flagrante no

⁵³Ivi, pág. 184

depoimento de Perini (2001), que assume apresentar, por vezes, apenas hipóteses acerca do comportamento linguístico brasileiro por carecer de levantamentos do uso efetivo das variantes⁵⁴.

As locuções verbais, o se impessoal e na forma passiva

Nas locuções verbais, as soluções possíveis são três: colocação pré-complexo verbal, colocação intracomplexo verbal e colocação pós-complexo verbal. No português de Portugal, a ordem não marcada é a colocação de intracomplexo verbal, em ênclise ao V1. No Brasil também a ordem não marcada é a colocação de intracomplexo verbal; porém, não o clítico não se encontra em ênclise ao V1, mas em próclise ao V2.

Além das posições não marcadas, a ordem dos clíticos é sensível também ao tipo de estrutura das locuções: no português de Portugal, a posição do clítico é diferente a segunda do estatuto dos verbos (perífrases ou complexos bioracionais). Ao contrário, no português do Brasil não há esta diferenciação: os clíticos são sempre antepostos à segunda forma verbal.

Omissão dos clíticos

Os pronomes clíticos também podem ser omitidos, segundo determinadas regras: quando representam o elemento notado como se pode ver no exemplo seguinte

Viste a Joana ontem?
Vi [-] na televisão.
([-] = a Joana)

Portanto, o clítico pode ser omitido quando, na frase, há uma clara referência no sintagma antecedente, neste caso *A Joana*. Outro caso de omissão, que, porém, não segue as regras de notoriedade do pronome clítico, é aquele do português do Brasil: “*o objeto direto nulo já se tornou a estratégia de pronominalização preferida do brasileiro. [...] fica fácil ver, portanto, que os PSO em sua forma*

⁵⁴ SILVIA RODRIGUES VIEIRA, «Colocação pronominal». Em: Silvia Rodrigues Vieira e Silvia Figueiredo Brandão (org.), *Ensino de Gramática – descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto, 2013, pág. 129

*não-padrão estão ganhando cada vez mais espaço na língua portuguesa no Brasil, inclusive em suas variedades escritas mais monitoradas*⁵⁵.

É possível afirmar que desde a fala as mudanças da língua estão a chegar na língua escrita e, por isso, vão mudar o padrão da norma brasileira. Estas mudanças chegam mesmo da aprendizagem que as crianças têm na infância: “*ocorre mudança quando ocorre uma falha no processo de aquisição*”⁵⁶, afirma Silvia Regina de Oliveira Cavalcante, porque as crianças aprendem também as falhas, transformando-as em regra.

⁵⁵ MARCOS BAGNO, *Português brasileiro? Um convite à pesquisa*, São Paulo: Parábola editorial, 2009, pág. 112 e 115

⁵⁶ SILVIA REGINA DE OLIVEIRA CAVALCANTE, «Posição do sujeito e posição social: um caso de competição de gramáticas em cartas do século XIX e XX», *Filologia Linguística Portuguesa*, v. 16, n.1, pág. 153

Materiais e métodos

3.1. Porque as traduções como corpus linguístico?

A variedade escrita de uma língua, muitas vezes, é pouco considerada (com respeito à variante da fala) quando os pesquisadores querem registrar as mudanças do idioma; com efeito, a variedade escrita torna-se mais “conservadora” porque é considerada a variedade “cultura” de um idioma. Portanto, a tendência é de considerar esta variedade como alheia das evoluções; apesar desta tendência, a variedade escrita também registra as mutações estáveis da fala e aplicam-nas.

Para analisar a variedade escrita do idioma, era preciso individuar textos que seguissem as regras gramaticais, mas também que estivessem livres dos conservadorismos típicos das gramáticas. Entre todos os textos escritos, portanto, foram escolhidas as traduções porque estas têm de respeitar:

- As escolhas “artísticas” do autor da obra;
- As regras gramaticais da língua de chegada.

O perigo maior em utilizar traduções como corpus é representado pelo “tradutor/traidor”: a intervenção humana na obra de partida, com efeito, pode introduzir erros de interpretação; também, por causa das escolhas de tradução, o tradutor pode inserir pronomes ou eliminá-los. Todavia, essas escolhas são determinadas pela necessidade de a tradução representar um texto que se aproxima ao leitor e a obra de mediação do tradutor tem mesmo este objetivo. Por isso, para não realizar uma tradução “obsoleta”, a língua escolhida pelo tradutor olha também à língua correntemente utilizada pelos falantes nativos; o resultado, então, é uma conciliação entre as estruturas da fala e as linhas base da língua.

Além disso, as traduções são textos que envelhecem, mesmo por causa da evolução natural do idioma; por isso, são ideais para ver o processo desta evolução, a través de uma base de partida comum. A obra de partida, com efeito, constitui a base perfeita para ver quais são as soluções adotadas nos vários momentos históricos.

3.2. Breve comentário das traduções

Neste parágrafo procede-se com um breve comentário às traduções, necessário para compreender as bases de partida da análise. Apesar de não considerar as traduções inteiras, já foi possível delinear as técnicas de tradução utilizadas e também os pontos críticos.

De maneira geral, as traduções adotam uma linha de aproximação ao leitor, ainda que usem diferentes técnicas: nas mais antigas, está quase tudo traduzido em português, também as frases em línguas diferentes do italiano (espanhol e francês). Nas mais recentes, deixaram-se as referências em línguas estrangeiras e utilizaram-se notas para explicar e traduzir, quando necessário. As duas traduções mais novas, portanto, representam as tendências internacionais na tradução contemporânea, ou seja, deixar a estrutura do texto tanto imutada quanto for possível, ajudando o leitor com notas.

Com respeito aos estrangeirismos lexicais, estes são eliminados completamente na primeira tradução portuguesa; isso é devido sempre à influência da ditadura, a qual era conservadora também na linguagem. Porém, ainda na idade contemporânea, o português é caracterizado pelo nacionalismo linguístico, por causa do qual poucos estrangeirismos são aceites no vocabulário. Este nacionalismo linguístico, nas traduções de *"Il fu Mattia Pascal"*, teve de se confrontar com o multilinguismo desta obra; portanto, cada tradutor acabou com escolhas diferentes.

O falecido Matias Pascal (1945)

A nível técnico, é a tradução mais problemática dada a altura na qual a obra foi traduzida. Às vezes o tradutor parece mis-compreender o texto e a ação da censura é visivelmente ativa, se compararmos esta tradução com as outras e com o original: há partes cortadas e também foram juntadas algumas personagens. Provavelmente, queria-se eliminar todas as partes “desviantes” ou “inapropriadas”: é eliminada, primeiro, a referência a o livro *Dell'arte di amar le donne* (Da arte de amar as mulheres).

Também, foi eliminado o parágrafo sobre Copérnico e a discussão da crise gerada pelo astrónomo em afirmar que a Terra não era o centro do universo. A revolução coperniciana gerou, de acordo com Mattia Pascal, a perda dos pontos de referência e, de consequência, uma crise existencial do ser humano.

Esta crise continuou até a idade contemporânea, na qual os homens combatem para coisas fúteis e esquecem-se das coisas verdadeiramente importantes:

E bastas vezes, esquecemo-nos de que somos átomos infinitesimais e que nos devemos respeitar e apreciar reciprocamente, e somos capazes de andar à pancada por um talhão de terra ou de ficar magoados com certas coisas que, se estivéssemos realmente compenetrados daquilo que somos, deveriam parecer-nos misérias incalculáveis.⁵⁷

Esta citação, por exemplo, poderia parecer “subversiva” se chegasse nas mãos erradas, dado que incita a deixar de parte os problemas inúteis para se concentrar nos problemas verdadeiramente importantes. No caso de Portugal, a ditadura seria o verdadeiro problema.

Com respeito aos episódios considerados desviantes, um exemplo está no capítulo 6, onde, no casino, uma mulher se aproxima a Mattia para lhe oferecer um acordo de jogo. Este episódio foi eliminado da narração, junto à figura desta mulher.

⁵⁷ LUIGI PIRANDELLO, *O falecido Mattia Pascal*, Lisboa: Cavalo de Ferro Editores, 2010, pág. 12-14

Desde as ações da censura, portanto, emerge o conservadorismo da ditadura salazarista, a qual tinha de exemplo a estrutura social da Igreja Católica.

Outro aspeto do conservadorismo da ditadura está no profundo nacionalismo linguístico, de acordo com o qual:

- os nomes são todos traduzidos em português (Matias, Escolástica);
- todas as referências a línguas estrangeiras são eliminadas: “croupiers” é traduzido com “banqueiro” e todos os diálogos em francês são traduzidos também. Desta maneira, na tradução perdem-se as dificuldades de compreensão de Mattia Pascal ao entrar no casino;
- os poemas em italiano foram todos traduzidos;
- no capítulo 6, o homem espanhol fala uma língua que é uma mistura entre espanhol, italiano e português.

Além das escolhas para conservar o nacionalismo linguístico, na tradução há diferenças ortográficas: ainda se encontra uma pontuação parecida à espanhola, como *¿*. Também, a palavra “pergunta” e o relativo verbo são escritos “pergunta” e “preguntar”.

A ação progressiva não tem uma linha estável: há tanto *estar a + infinitivo* como *estar + gerúndio*. Nem os diminutivos têm uma opção única: há diminutivos em *-inho/-zinho* e em *-zito*.

Por outra parte, foi interessante encontrar expressões idiomáticas italianas na tradução portuguesa; inicialmente pensou-se num calco do italiano, porém, a través de uma pequena pesquisa, encontraram-se as mesmas expressões também em português. Um exemplo é a expressão italiana “*fare man bassa*”: em português aparece a mesma expressão “fazer mão baixa”, cujo significado foi encontrado tanto no dicionário online Priberam⁵⁸ como em outros websites, o Dicionário Criativo entre outros⁵⁹.

⁵⁸ <https://www.priberam.pt/dlpo/m%C3%A3o>

⁵⁹ http://dicionariocriativo.com.br/analogico/fazer_m%C3%A3o_baixa/substantivo/furto

O finado Matias Pascal (1970)

O regime militar durante o qual foi feita esta tradução não influenciou o processo de tradução, que parece bem-feita e pontual. É a única tradução que apresenta o adjetivo “finado” no título e a interpretação desta escolha chega diretamente do título original “*Il fu Mattia Pascal*”: *Il fu* recorda um uso áulico e antigo da língua, por isso o tradutor pode ter escolhido uma palavra antiga também.

Esta tradução apresenta também diferenças na ortografia. Um exemplo de diferença ortográfica é dado por os títulos Czar e Czarina, os quais são escritos com *Tz*:- Tzar e Tzarina.

Em geral, há várias irregularidades e confusão gramaticais, sobretudo com respeito à posição e à escolha dos pronomes clíticos. Por exemplo, há vários casos de ênclise com palavras focais que querem próclise, como *para*.

Para expressar a ação continuativa, nesta tradução já está fixa a solução *estar + gerúndio*: com efeito, não há nenhum caso em que se optou por *estar a + infinitivo*.

Olhando às partes em outras línguas, estas foram deixadas na língua original; também, deixam-se os nomes franceses para croupier, os títulos dos livros franceses e dos anúncios dos croupiers. Esta escolha ajuda o leitor a compreender o sentimento de desorientamento quando Mattia chegou em França. Por outra parte, os poemas em italiano foram todos traduzidos, junto aos títulos de obras italianas. Pode-se afirmar que, portanto, o objetivo primário foi o de aproximar o mais possível a tradução ao leitor.

O falecido Mattia Pascal (2010)

Com esta tradução tenta-se respeitar a estrutura original da obra: os poemas em italiano foram deixados em língua original com tradução em nota; as palavras que são em francês no texto de partida, também são em francês no texto

de chegada; as falas do homem espanhol (que na versão original são uma mistura entre italiano e espanhol) são uma mistura entre espanhol e português.

Nos capítulos seguintes fora deixado também o dialeto turinês e a tradução em português encontra-se sempre em nota. Portanto, por uma parte o multilinguismo no texto parece-se mais com original; por outra, porém, a leitura das notas “para” a leitura da narração, às vezes causando amplias interrupções. Um exemplo está na página 22, onde há 6 notas: aqui o leitor perde-se nas explicações de artifícios literários, poetas italianos e traduções de poemas.

Com respeito ao léxico usado, nesta nova tradução foi escolhido um léxico atual, portanto há diferenças a nível diacrónico também neste aspeto. Porém, como já foi escrito, renunciou-se em parte ao nacionalismo linguístico, deixando algumas palavras no original: um exemplo é para o termo “*roulette*”.

A ortografia da língua portuguesa utilizada merece uma observação: trata-se de uma ortografia contemporânea, porém não foi aplicado o novo acordo ortográfico, não obstante a tradução foi publicada em 2010.

O falecido Mattia Pascal (2011)

Esta última tradução é a mais recente e foi reeditada de acordo com o novo acordo ortográfico; porém, nota-se logo que se trata de uma tradução brasileira por causa da posição dos clíticos e pelo léxico adotado, muitas vezes diferente daquele da tradução portuguesa. Comparando esta nova tradução com a primeira brasileira, por outro lado, nesta tradução há mais ordem.

O objetivo é sempre o de aproximar a tradução ao leitor contemporâneo, mas sem esquecer a estrutura de origem. Portanto, encontra-se frases em francês para aproximar o leitor ao desorientamento de Mattia; por outra parte, os nomes franceses são traduzidos em português. Desta maneira, encontramos *roleta* (pág. 49) e *crupiê* (pág. 52), demonstrando um nacionalismo linguístico maior do que a tradução portuguesa.

Além destas palavras, são eliminados também a língua misturada do homem espanhol (o qual fala um português pouco correto) e, nos capítulos seguintes, os diálogos em dialeto turinês. Por outro lado, porém, deixaram-se os poemas do capítulo 3 foram transcritos em italiano, com a tradução em nota.

As notas, para além das traduções dos poemas, são usadas também para inserir informações sobre os vários autores italianos que aparecem na narração; como na tradução portuguesa de 2010, estas notas são úteis, mas às vezes ocupam demasiado espaço e o resgo é o de o leitor perder-se nas explicações.

3.3. Objetivo do estudo

À luz das teorias analisadas na revisão da literatura, pode-se definir a independência brasileira e o fim da ditadura portuguesa como os dois momentos mais importantes da história moderna da língua portuguesa. Com efeito, estes dois acontecimentos deram nova energia na vida social dos dois países: os resultados mais evidentes são a pesquisa de uma identidade linguística independente no Brasil e a aproximação das relações pessoais em Portugal.

Cada vez mais, as falas europeia e brasileira diferenciam-se entre elas, causando verdadeiras mutações nas estruturas do idioma português.

O sistema das formas de tratamento é um dos aspetos gramaticais que mais sofreu estas mudanças, porém estas muitas vezes não são reconhecidas pelos órgãos oficiais de linguística (como as gramáticas ou as academias). Além disso, um outro problema é o da lentidão destes órgãos, quando têm de registrar alterações linguísticas. Por uma parte, esta lentidão é compreensível: para registrar as mudanças linguística é preciso, primeiro, identificar a mudança; com efeito, não é possível inserir uma mudança geracional nas gramáticas. Por outra parte, é verdade que as gramáticas, muitas vezes, recusam inserir alterações linguísticas que são estáveis há muito tempo.

A pesquisa de artigos científicos sobre o tema revelou que há muitos estudos com um corpus linguístico feito de diálogos; portanto, trata-se de corpora linguísticos e de estudos sobre a fala do português. Na pesquisa para esta dissertação, porém, não se encontrou nenhum estudo com corpus linguístico da variedade escrita. Provavelmente, isso deve-se também à tendência de associar a variedade escrita de língua a um uso “conservativo” da língua. Esta tendência é verdadeira só parcialmente: a variedade escrita do idioma respeita maiormente as regras gramaticais, porém não está isenta das mudanças.

As informações adquiridas no início deste estudo revelam que, ainda hoje, as gramáticas não aceitam mudanças que chegam da fala e que permaneceram estáveis há muitos anos. Com efeito, com respeito ao sistema das formas de tratamento, as novas formas pronominais não são incluídas. Um exemplo é o do *você(s)*: as gramáticas mais recentes começam a inseri-lo no paradigma dos pronomes pessoais (brasileiro) e a sua forma plural *vocês*; apesar disso, *você(s)* não é considerado um pronome, mas ainda forma de tratamento pronominalizada.

Então é possível afirmar que, na variedade escrita da língua, as mudanças chegam mais tarde do que na língua falada e que nem sempre são aceitas, mesmo por causa das regras impostas pelos especialistas e pelas “autoridades linguística”. A origem deste estudo, por isso, está mesmo nesta afirmação, da qual nasceram estas perguntas:

- Na variedade escrita da norma europeia (de aqui em diante chamada PE) e da norma brasileira (PB), como mudou o sistema das formas de tratamento desde o século?
- Quais soluções da fala são utilizadas também na variedade escrita?

O objetivo do estudo, portanto, é o de definir a situação das variedades escritas, também a través de uma comparação entre várias versões de *O falecido Mattia Pascal*; o foco de atenção está, então, no sistema das formas de tratamento e nos clíticos relativos.

3.4. Critérios de inclusão

Nesta dissertação, foram analisados:

- Sujeito implícito;
- Sujeito explícito: foram analisadas as frases que tinham como sujeito explícito os pronomes pessoais ou as formas de tratamento. Por isso, ficaram excluídas da análise as frases que tinham como sujeito os pronomes relativos, sintagmas nominais diferentes das formas de tratamento e frases inteiras como sujeito;
- Pronomes pessoais;
- Formas de tratamento;
- Pronomes fracos: pronomes pessoais ou clíticos usados como complementos;
- Pronomes clíticos e reflexivos;
- Posição dos clíticos e dos reflexivos (ênclise, próclise e mesóclise);
- Pronomes possessivos
- Adjetivos *sua/seu/suas/seus* e *dele/dela/deles/delas*: estes adjetivos foram analisados à luz das mudanças que estão a se desenvolver para evitar a ambiguidade entre os adjetivos possessivos dos pronomes de segunda pessoa *você/vocês* e os de terceira pessoa *ele/ela/eles/elas*. Todavia, não são o objeto principal de estudo: realizou-se uma panorâmica da situação, mas o tema mereceria um estudo independente.

3.5. A estrutura do corpus linguístico

Na fase de escolha da obra objeto de estudo, foram aplicados uns critérios que permitissem ao investigador de ter traduções realizadas também nas épocas das ditaduras do Brasil e de Portugal. Também, a obra tinha de ser bastante velha, de maneira que se sentisse a necessidade de fazer uma nova tradução da obra considerada; além disso, a obra devia ser de um autor famoso para haver interesse por parte do mercado editorial. Por essas razões, foi selecionado *Il fu Mattia Pascal* de Luigi Pirandello, obra publicada em 1904, e as traduções estudadas são:

- *O falecido Matias Pascal* (1945), tradução de José Marinho publicada pela Editorial Inquérito (Lisboa);
- *O finado Matias Pascal* (1970), tradução de Helena Parente Cunha publicada pela Editora Opera Mundi (Rio de Janeiro);
- *O falecido Mattia Pascal* (2010), tradução de José J.C. Serra publicada por Cavalo de Ferro Editores (Lisboa);
- *O falecido Mattia Pascal* (2011), tradução de Rômulo Antonio Gioielli e Francisco Degani, publicada pela Editora Nova Alexandria (São Paulo).

O intervalo considerado para a análise é do capítulo 1 até o capítulo 7, ou seja, até a primeira morte do Mattia Pascal. As entradas que constituem o corpus linguístico são 9579, e incluem todos os casos elencados no parágrafo 4.3. Apesar do corpus não incluir as traduções inteiras, foi possível definir o *trend* que caracteriza cada tradução; também, não houve problemas na construção de gráficos para as comparações diacrónica e sincrónica.

As entradas foram organizadas a través de uma tabela Excel, da qual pode-se ver um exemplo na *Imagem 1*.

A partir da esquerda, portanto, a tabela está assim organizada:

- Número de página;
- Entrada;
- Colunas para a catalogação da entrada;
- Notas sobre a entrada, no caso de haverem particularidades.

Imagem 1

1	pagina	exemplo	sogetto	posizione	pronomo	tipo pronome	note
2	53	a única talvez que eu soubesse ao certo	soggetto pieno				
3	53	que me chamava Matias Pascal	soggetto sottinteso	proclisi			palavra atrativa: que
4	53	tirava partido	soggetto sottinteso				
5	53	a ponto de me procurar	soggetto sottinteso	proclisi			
6	53	eu encolhia os ombros	soggetto pieno				
7	53	fechava os olhos	soggetto sottinteso				
8	53	e respondia	soggetto sottinteso				
9	53	eu me chamo Matias Pascal	soggetto pieno	proclisi			
10	53	Isso eu já sei	soggetto pieno				
11	53	e lhe parece pouco?		proclisi			
12	53	para dizer a verdade, nem a mim parecia grande coisa				pronomo debole	
13	53	eu ignorava o que significava	soggetto pieno				
14	53	eu me chamo Matias Pascal	soggetto pieno	proclisi			
15	53	com certeza aparecerá alguém para se condoer		proclisi			palavra atrativa: para
16	53	de mim				pronomo debole	
17	53	com certeza há de se indignar		proclisi			palavra atrativa: de
18	54	esteja à vontade	soggetto sottinteso				
19	54	é meu dever avisá-lo		enclisi			
20	54	poderia expor	soggetto sottinteso				
21	54	não só conheci	soggetto sottinteso				
22	54	que não se trata exatamente disso		proclisi			palavra atrativa: que
23	54	que me proponho	soggetto sottinteso	proclisi			
24	54	a narrá-lo		enclisi			
25	54	fui	soggetto sottinteso				
26	54	não sei	soggetto sottinteso				
27	54	e os hábitos dos seus concidadãos				agg. Possessivo sua/ seu/ dele	
28	54	esperasse que o seu legado	soggetto sottinteso			agg. Possessivo sua/ seu/ dele	
29	54	aqui estou para provar	soggetto sottinteso				
30	54	não acendeu	soggetto sottinteso				

As categorias, nas quais estão catalogadas as entradas, são:

- Sujeito: dividido em sujeito pleno e sujeito implícito;
- Posição dos pronomes: ênclise, próclise e mesóclise;
- Tipo de pronome: pronome fraco (para os pronomes utilizados nos complementos), pronome possessivo, formas de tratamento;
- Adjetivo possessivo *seu/sua/dele* (incluídas as declinações de género e número *dela, deles, delas*);
- Várias.

3.6. Resultados

Os dados que emergem da análise do corpus foram subdivididos em gráficos, que facilitaram o trabalho de resumo e definição das tendências das duas normas. Primeiro, analisa-se singularmente as traduções para sublinhar casos peculiares da tradução objeto de análise; após esta análise singular, começa-se a analisar as traduções a través das comparações. Antes, encontrar-se-á as comparações diacrónicas (portanto, as duas traduções portuguesas e, em seguida, as brasileiras); após a análise diacrónica, proceder-se-á com a análise sincrónica, entre as duas traduções da mesma altura (a das ditaduras e a da contemporaneidade). As análises são apresentadas em ordem cronológico, desde a mais antiga (a tradução portuguesa de 1945) até a mais nova (a tradução brasileira de 2011).

O exame particular das traduções mais velhas revelou dados em linha com as várias histórias da língua; porém, são evidentes os inícios de tendências que se são estáveis nas traduções mais novas.

Para obter uma análise exata dos corpora, os valores percentuais foram arredondados aos pontos centesimais: desta maneira, foi possível registrar nos gráficos também os valores menores de 1. Com efeito, se se tivesse arredondado só aos números inteiros, a análise resultaria falsificada porque todos os valores <1 resultariam 0. A comparação dos corpora foi então efetuada a través das percentagens parametrizadas dos dados.

Na análise comparativa, os dados registrados foram também analisados a través do teste chi quadrado; os níveis de significância considerados são do 1% e do 5%. Os dados são:

- $\alpha < 0,05$: estatisticamente significativo com nível de significância do 5%;
- $\alpha < 0,01$: estatisticamente significativo com nível de significância do 1%;
- $\alpha > 0,05$: não estatisticamente significativo.

3.6.1. Análises individuais

O falecido Matias Pascal (1945)

Esta tradução (de aqui em diante chamada PT1), feita por José Marinho, é a tradução que mais sofre a influência das variáveis externas e sociais: como vimos, provavelmente foi censurada ou o tradutor teve de modificar a tradução para evitar uma grande intervenção por parte do órgão da censura.

Apesar deste problema, a base de dados não resultou falsificada; porém, o corpus parcial conta um número de entradas menor, com respeito às outras traduções. O corpus PT1 tem 2100 entradas⁶⁰, cerca de 400 menos do que as outras três. Quase com certeza, isso é devido à intervenção da censura: por exemplo, no capítulo 2 foram eliminados 6 parágrafos, reduzindo desta maneira o capítulo a duas páginas e meio.

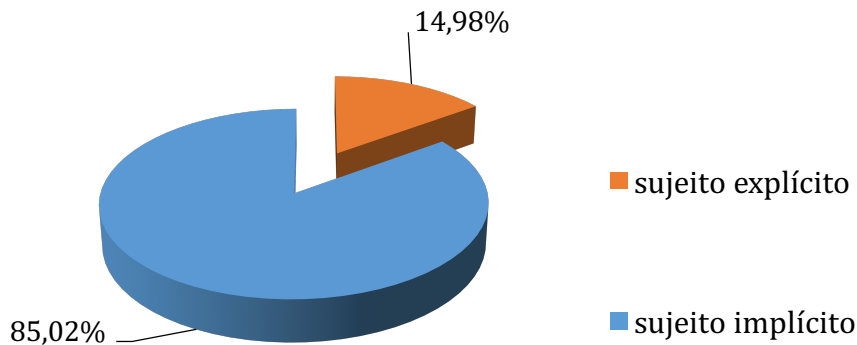
De todas as maneiras, isso não comprometeu o estudo, dado que a base de dados garante o número de 2000 entradas (número considerado pelo investigador como suficiente para definir um *trend* qualitativo).

As entradas deste corpus contam com:

- 236 sujeitos explícitos;
- 1338 sujeitos implícitos;
- 545 ênclises;
- 385 próclises;
- 15 mesóclises;
- 2 formas de tratamento de cortesia;
- 154 pronomes com função de complemento (fracos);
- 8 pronomes possessivos;
- 83 adjetivos na categoria seu/dele;
- 9 pronomes na categoria “várias”.

⁶⁰ algumas das entradas têm mais de uma colocação

Gráfico 1: distribuição do parâmetro “sujeito” em PT1



Como se pode ver do gráfico 1, a distribuição do parâmetro “sujeito”, em PT1, está claramente a favor do sujeito implícito: os pronomes pessoais aparecem, de maneira geral, para respeitar as técnicas narrativas do texto de partida.

Este gráfico demonstra como, na maior parte dos casos, não fosse preciso utilizar os pronomes pessoais nas frases, a não ser para evitar a ambiguidade.

Nos diálogos, emerge o tratamento em *tu* para as relações de intimidade entre os personagens; para determinar cortesia, não aparece *você*, mas prefere-se usar o sujeito implícito. Um exemplo de tratamento em *tu*, sempre com sujeito implícito, encontra-se na página 19, na qual a tia Scolastica fala para a mãe de Mattia:

Sentes o vácuo? (pág. 19)

As duas são cunhadas, portanto a relação entre elas permite à tia de utilizar o tratamento de confiança. O tratamento por *tu*, é usado também entre amigos, por exemplo entre Pomino e Mattia:

(Pomino) Que queres? (pág. 50)

Entre as verdadeiras formas de tratamento, aparece o nome do cargo social como “Dom” quando Mattia fala de Eligio Pellegrinotto. Além dos sintagmas nominais, a forma de cortesia escolhida é *o/a senhor/senhora*, com ‘s’ maiúscola:

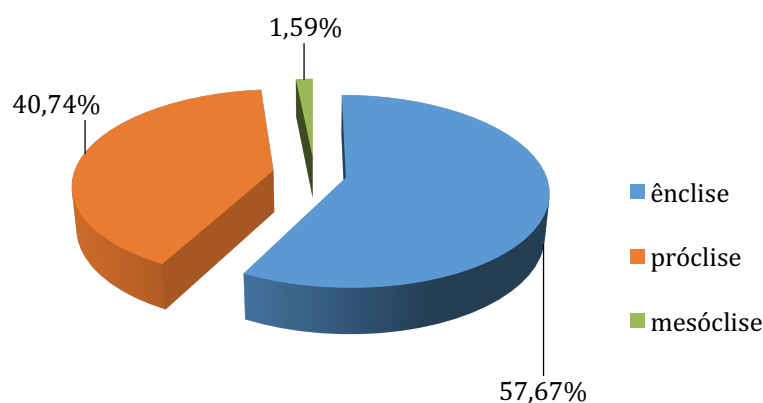
(Pinzone) Vou eu dizer à Senhora... (pág. 22)

Uma consideração tem de ser feita para o Mattia/narrador, o qual utiliza o tratamento implícito em *vós* para se dirigir aos leitores:

Ides ver (pág. 10)

O tratamento é usado somente no caso do Mattia/narrador se dirigir ao leitor: com efeito, nos outros casos de tratamento de cortesia, a pessoa gramatical escolhida é a 3ª singular.

Gráfico 2: distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em PT1



Com respeito à colocação dos pronomes, os resultados relativos a PT1 correspondem às indicações das gramáticas: prevalece a ênclise dos pronomes, pois é considerada a posição não marcada para a norma europeia e, em geral, da norma culta.

A percentagem relativamente alta da próclise é devida ao foco da frase em posição marcada e que, por isso, impõe a posição proclítica do pronome. Com efeito, não se encontraram casos de próclise injustificada, ou seja, sem palavra atrativa antes; porém, houveram casos de próclise onde a palavra atrativa encontrava-se longe do pronome em posição proclítica:

o abismo que, depois da morte da minha mãe, me engoliu a mim (pág. 25)

que desde a primeira entrevista me fizeram tão forte impressão (pág. 35)

A percentagem de mesóclise é baixa devido principalmente a duas razões, as quais causam naturalmente o menor uso desta opção:

- Os tempos verbais que usam a mesóclise são somente dois: o futuro e o condicional;
- Estes dois tempos verbais não são muito usados, nem na variedade escrita e culta da língua portuguesa.

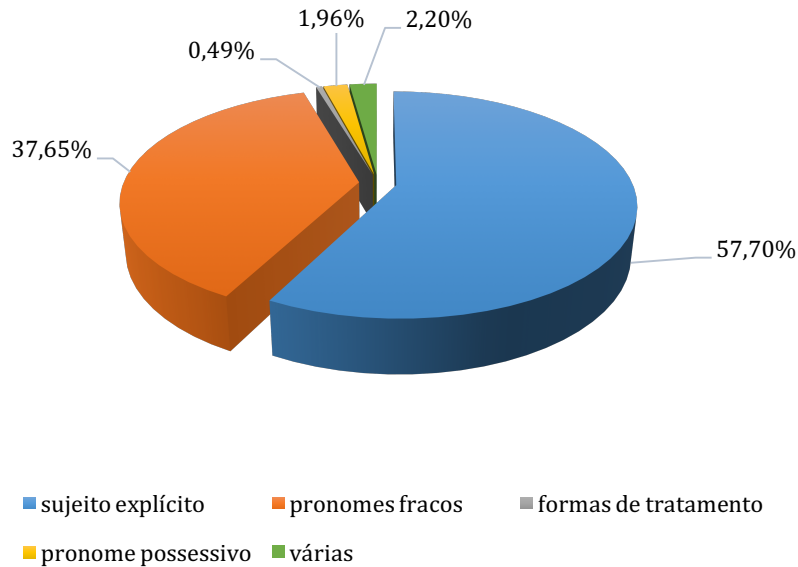
Apesar do escasso uso da mesóclise, porém, não foram encontrados casos nos quais o pronome estava colocado de maneira errada: as regras gramáticas são sempre respeitadas.

Encontrou-se também um caso de mesóclise múltipla:

ter-se-lhe-ia afigurado um autêntico sacrilégio (pág. 21)

Aqui, a combinação é entre o clítico reflexivo e o complemento indireto e não parece possível unir os dois pronomes, como em vez acontece noutros casos.

Gráfico 3: distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em PT1



Neste gráfico pode-se observar que, com respeito à distribuição dos pronomes segundo o papel que eles desenvolvem, a maior parte dos pronomes é utilizada no papel de sujeito; segue a percentagem de pronomes fracos com função de complemento. Emerge também um uso muito baixo das formas de tratamento de cortesia, que são substituídas pelos títulos das pessoas (como “Dom”) ou pela forma implícita.

Na categoria “várias” são incluídos os pronomes que verbo estão sozinhos e têm papel reforçativo na narração.

Os pronomes possessivos também ocupam uma percentagem pequena; os pronomes utilizados são só os de 1ª pessoa singular e os de 3ª pessoa singular. Destes pronomes, não se encontraram casos de *dele/a* utilizados como pronomes: a única solução adotada, nesta tradução, é *seu/sua*.

O finado Matias Pascal (1970)

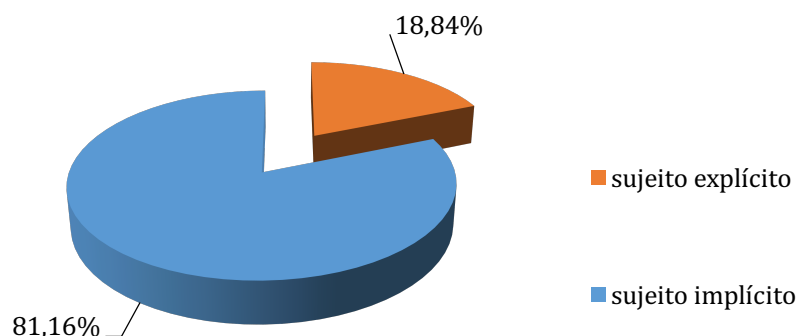
O finado Matias Pascal (de aqui em diante chamada BR1) é a tradução feita por Helena Parente Cunha durante a ditadura militar do Brasil. Esta tradução não parece ter sofrido a intervenção da censura: com efeito, o livro não resultou cortado em nenhum capítulo.

O corpus desta tradução conta com 2414 entradas⁶¹; graças à não-intervenção da censura, este corpus parece-se mais àqueles provenientes das traduções contemporâneas. Portanto, as suas entradas estão assim divididas:

- 330 sujeitos explícitos;
- 1422 sujeitos implícitos;
- 319 ênclises;
- 622 próclises;
- 4 mesóclises;
- 13 formas de tratamento de cortesia;
- 178 pronomes com função de complemento (fracos);
- 12 pronomes possessivos;
- 112 adjetivos na categoria seu/dele;
- 21 pronomes na categoria “várias”.

⁶¹ algumas das entradas têm mais de uma colocação

Gráfico 4: distribuição do parâmetro “sujeito” em BR1



Com respeito à distribuição do sujeito explícito e do sujeito implícito, na primeira tradução brasileira prevalece muito claramente o sujeito implícito; porém, ainda que a percentagem do sujeito explícito, 18,84% não pode ser considerada como não influente.

Os pronomes de 2ª pessoa são já *você/vocês*: encontramos uns casos de tratamento em *tu*, mas trata-se de sujeitos implícitos. No caso de o sujeito ser explícito, encontra-se *você/vocês*. Não se pode considerar o uso do *você* como tratamento de semi-intimidade, porque é utilizado em esferas de intimidade (como entre amigos). Também, Mattia/narrador dirige-se aos leitores com *vocês*:

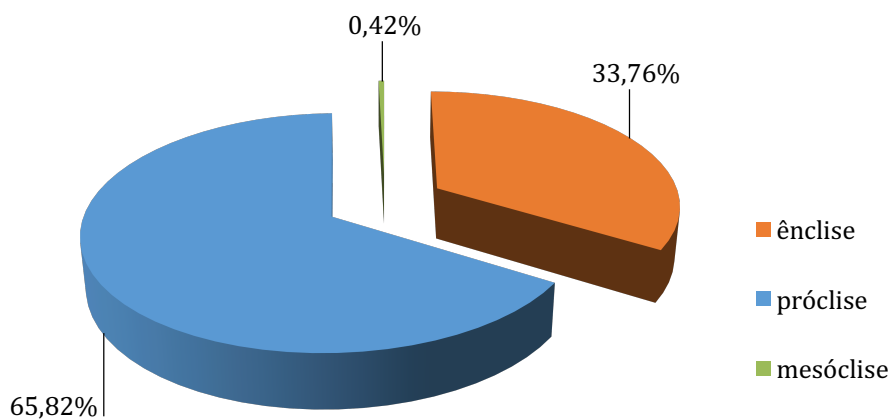
Vocês vão ouvir (pág. 55)

Há, porém, uns casos de mis-concordância com a 2ª pessoa: não se trata de uma tendência geral da tradução, mas sim casos particulares. Se se utiliza sempre *você* para o tratamento por *tu*, os clíticos utilizados nem sempre são os de 3ª pessoa. Por exemplo, na página 70, há

Eu te conheço.

e trata-se de Mattia/personagem que se dirige a um palheiro que ele encontra nos campos. Portanto, por uma parte está clara a tendência do PB em usar o *você/vocês* como pronomes de 2ª pessoa; por outra parte, ainda não se fixou em todos os âmbitos.

Gráfico 5: distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em BR1



Já nesta tradução de 1970, a próclise é a colocação prevalente no PB. Há ainda poucos casos de mesóclise e ocorrem todos com o condicional:

Dir-se-ia uma criança (pág. 61)

Pagar-lhe-íamos (pág. 65)

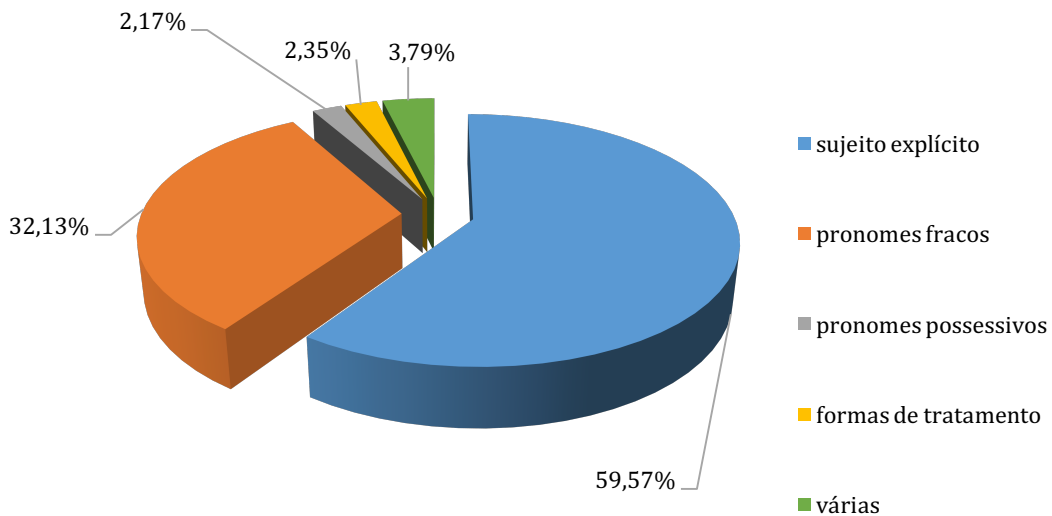
Recolocá-las-ia (pág. 119)

Dir-se-ia (pág. 125)

Para os casos de ênclise, não é possível determinar uma regra fixa, porém há de sobressair duas regras que serão discutidas:

- em início de frase, quando há pronomes clíticos, os pronomes estão sempre em posição enclítica;
- quando há pontuação antes dos verbos com pronome clítico, o pronome encontra-se quase sempre em posição enclítica; porém, há casos de próclise.

Gráfico 6: distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em BR1



No gráfico 6 pode-se observar a distribuição dos pronomes nas funções que têm no texto. A percentagem dos pronomes empregados como sujeitos não chega ao 60%, mas há mais do 3% de pronomes na categoria “várias”: aqui encontramos alguns casos nos quais o verbo é omitido, mas podem ser definidos como escolhas de tradução. Uns exemplos são os seguintes:

Você e sua mãe, fora! (pág. 90)

Êle, tão surdo (pág. 95)

Além disso, a percentagem de pronomes utilizados como complementos supera de pouco o 30%. Por outra parte, as formas de tratamento ganham espaço sobretudo nos diálogos, com o 2,35%. As entradas que são registradas como formas de tratamento contêm só a forma de cortesia o *senhor/a senhora*, tanto no papel de sujeito, como naquele de complemento direto:

Como o senhor me ensinou (pág. 58)

Eu desprezo o senhor (pág. 113)

O falecido Mattia Pascal (2010)

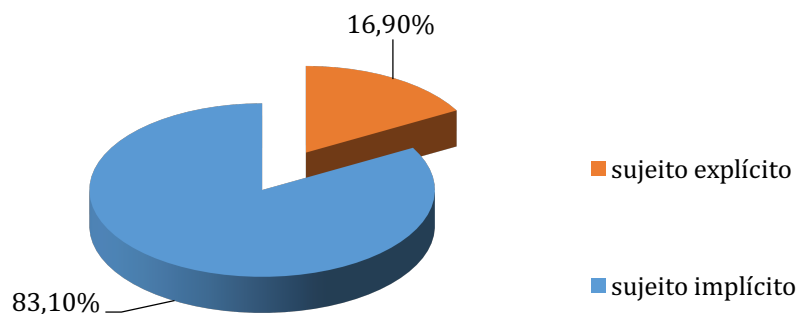
A tradução mais recente de Portugal é também a tradução com o número maior de entradas no corpus linguístico parcial. Tem 2641 entradas e uma parte delas é considerada em mais de uma categoria.

Este texto confirma as tendências previstas para a norma europeia pela literatura estudada; na categoria dos pronomes e dos adjetivos possessivos, por exemplo, ver-se-á a aparição do adjetivo e pronome *dele* (com as suas derivações de género e número).

Esta tradução portuguesa (de aqui em diante chamada PT2) tem as seguintes entradas:

- 326 sujeitos explícitos;
- 1603 sujeitos implícitos;
- 613 ênclises;
- 14 mesóclises;
- 509 próclises;
- 223 pronomes com função de complemento (fracos);
- 10 pronomes possessivos;
- 8 formas de tratamento de cortesia;
- 99 adjetivos na categoria seu/dele;
- 13 pronomes na categoria “várias”.

Gráfico 7: distribuição do parâmetro “sujeito” em PT2



Na comparação entre sujeito implícito-explícito prevalece o sujeito implícito, de acordo com as teorias que preveem o português continuar em direção do sujeito implícito.

Com respeito ao tratamento de 2ª pessoa, o *tu* confirma-se o pronome escolhido:

Tens de ser tu (pág. 29)

Também, não se encontraram casos de semi-cortesia ou de cortesia com tratamento por *vós*. Porém, quando Mattia/narrador dirige-se pela primeira vez aos leitores, usa *vós*:

Ouvireis de seguida (pág.9)

Por outra parte, quando os personagens devem falar para mais de uma pessoa, é utilizado o *vocês*:

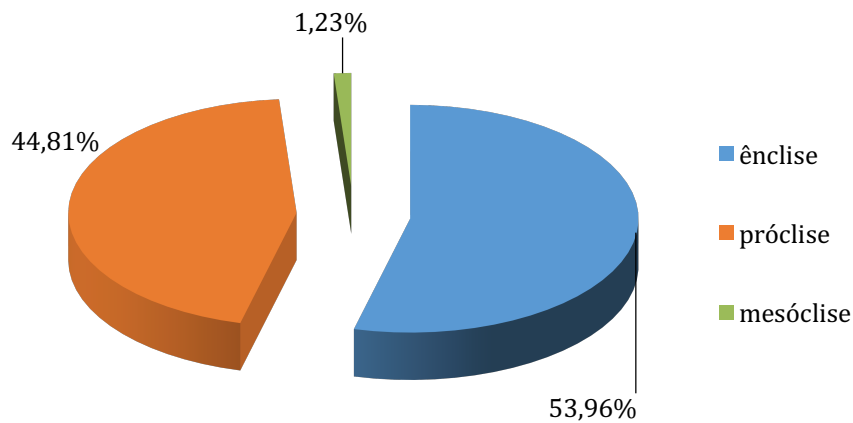
(Pinzone) Ouçam, ouçam (pág. 23)

Quando o sujeito explícito forma um sintagma nominal com um outro nome, a posição do pronome não é fixa:

Quando o Berto e eu (pág. 19)

Eu e o Berto (pág. 28)

Gráfico 8: distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em PT2



Analisando este parâmetro, vê-se que a posição enclítica do pronome continua a ser a solução preferida e, por isso, não marcada. Os casos de mesóclise são tão poucos também porque se tende a preferir o uso de outros tempos verbais, em vez do condicional e do futuro. Por exemplo, onde no italiano há “fra un’oretta, dunque, sarei arrivato”, na tradução encontra-se

Dentro de uma hora, chegava (pág. 89)

Neste exemplo não há pronomes clíticos, porém a tendência é a de usar o pretérito mais que perfeito no lugar do condicional. Por isso, a mesóclise é cada vez menos utilizada.

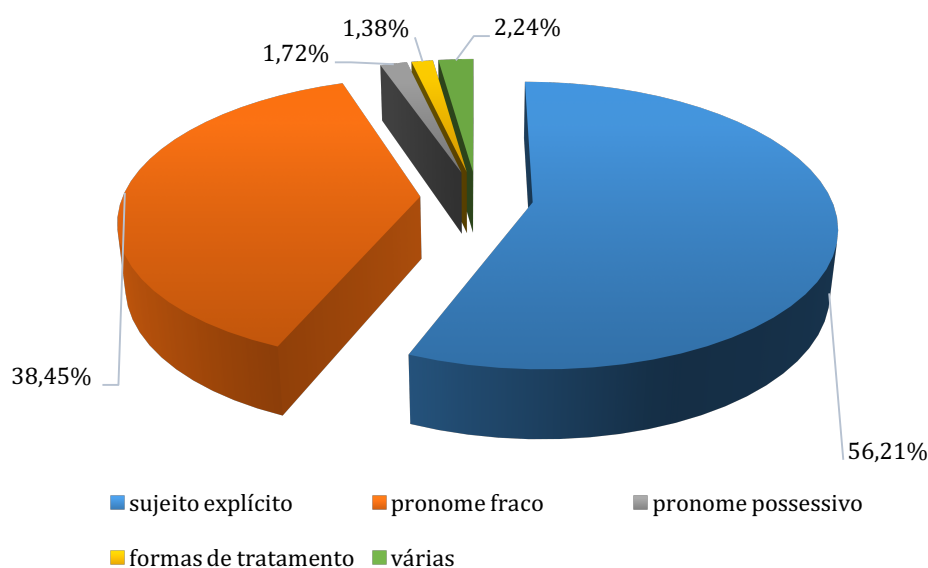
Com respeito a percentagem da próclise, esta apresenta-se insolitamente alta, de acordo com as teorias gramaticais. O fenômeno pode ser devido ao alto número de palavras focais presente no texto, porém houveram também casos de próclise “não justificada”, como por exemplo:

E (ela) se tivesse casado (pág. 19)

Neste caso, o verbo está no meio de uma frase coordenada à uma subordinada introduzida pela conjunção *se*. Apesar do *se* ser uma conjunção subordinativa e, portanto, ser uma palavra atrativa, o pronome em questão está demasiado longe da conjunção para sofrer a atração:

*Eu não sei como teriam corrido os nossos negócios se a minha mãe – não certamente para ela própria, mas tendo em consideração o futuro dos seus filhinhos – tivesse seguido o conselho da tia Scolastica e se tivesse casado com o senhor Pomino.*⁶²

Gráfico 9: distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em PT2



A presença dos pronomes concentra-se, também nesta tradução, nos pronomes utilizados nos sujeitos explícitos. Este resultado é normal, mas esperava-se uma percentagem maior para as formas de tratamento de cortesia. Também, esperava-se uma percentagem maior de pronomes possessivos. Todavia, estes pronomes são utilizados sobretudo nos diálogos do livro; os diálogos, por sua parte, não são muito numerosos, portanto esta percentagem revela-se “naturalmente” baixa.

⁶² Luigi Pirandello, 2010, *O falecido Mattia Pascal*, Cavallo de Ferro Editores, Lisboa, pág. 19

A percentagem da categoria “várias” parece-se com a das outras traduções porque não houveram omissões de verbos, devidas às escolhas de tradução.

O falecido Mattia Pascal (2011)

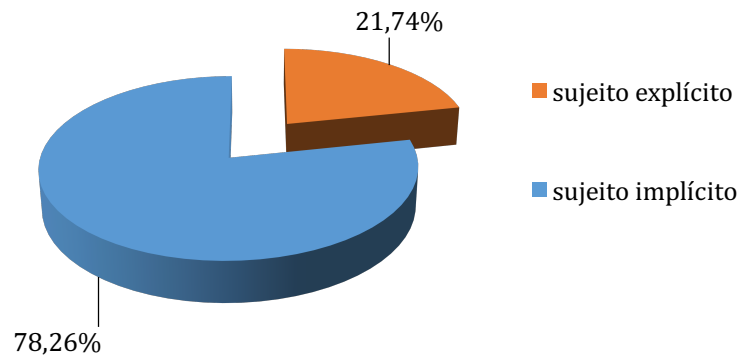
A segunda tradução brasileira é também a tradução mais recente das quatro analisadas. Além disso, espera-se ela ser a mais “inovadora”, dadas as evoluções que está a sofrer a norma brasileira.

O corpus linguístico desta tradução é constituído por 2424 entradas; muitas delas, como nos outros corpora linguísticos, encontram-se em mais de uma categoria. Portanto, as entradas estão assim subdivididas:

- 407 sujeitos explícitos;
- 1465 sujeitos implícitos;
- 321 ênclises;
- 0 mesóclises;
- 472 próclises;
- 195 pronomes com função de complemento (fracos);
- 17 formas de tratamento de cortesia;
- 12 pronomes possessivos;
- 82 adjetivos na categoria seu/dele;
- 14 pronomes na categoria “várias”.

Pode-se ver já que os números são diferentemente distribuídos, com respeito aos outros textos examinados, apesar de as grandezas dos corpora serem mais ou menos iguais.

Gráfico 10: distribuição do parâmetro “sujeito” em BR2



A percentagem do sujeito explícito neste corpus sobe sobre o 20%. A tendência no uso do *você* como pronome de 2ª pessoa é estável e reconhecida como correta; com efeito, o pronome de 2ª pessoa utilizado quando o sujeito é explícito, é mesmo *vocês* para o plural:

Vocês vão ver (pág. 7)

Se você fosse outro marido (pág. 24)

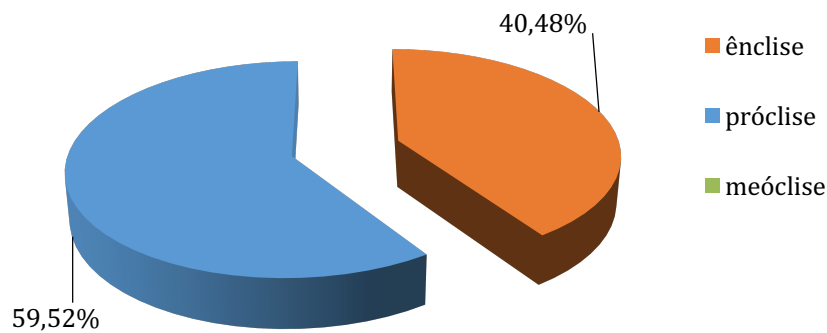
No primeiro exemplo apenas exposto, quem fala é Mattia/narrador e dirige-se aos leitores: o *vós*, portanto, não é utilizado nem como forma áulica de cortesia.

Nos sujeitos explícitos que compõem um sintagma nominal complexo com um nome próprio, a tendência é estável: dos dois casos encontrados, ambos põem o pronome pessoal antes do nome próprio

Eu e Berto (pág. 17)

Eu e Berto (pág. 23)

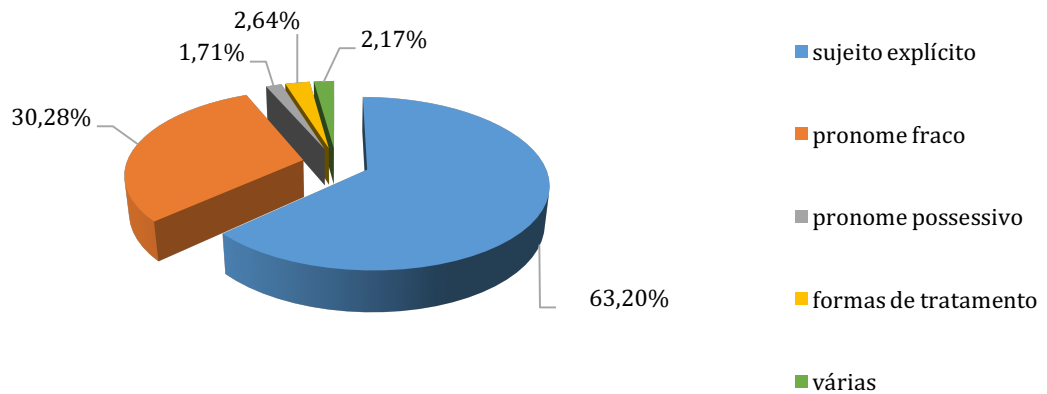
Gráfico 11: distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em BR2



O primeiro dado que emerge deste gráfico é a total ausência da mesóclise: como a norma brasileira vai cada vez mais utilizando a próclise como colocação não marcada dos pronomes clíticos, é normal que a mesóclise desapareceu do corpus examinado.

O segundo dado é a prevalência da próclise sobre a ênclise, ainda que o investigador esperasse uma maioria mais forte da próclise. Esta “anomalia” pode ser devida às regras mencionadas na análise de BR1: as regras “ênclise em início de frase” e “ênclise após pontuação” são mais estáveis em BR2 e aumentam, por isso, a percentagem de ênclises presentes no texto.

Gráfico 12: distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em BR2



Pode-se observar que os pronomes são empregados maiormente na função de sujeito; a percentagem, 63,20%, indica a preferência do PB em usar os pronomes para o sujeito, mais que para o objeto (onde a percentagem é de 30,28%).

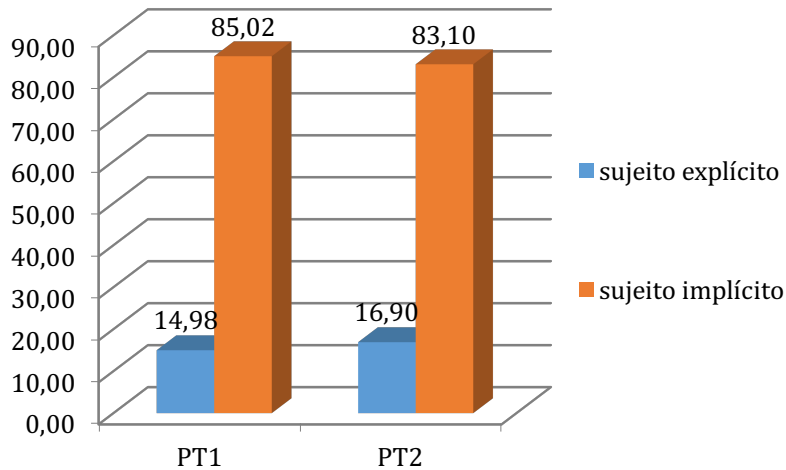
Para desenvolver esta pesquisa, como se discutirá em seguida, *você* e *vocês* são considerados como pronomes pessoais; por isso, entre as formas de tratamento encontramos só as que são utilizadas para o tratamento de cortesia. Entre estas, confirma-se como forma de cortesia *o/a senhor/a*, que é usado também como complemento indireto:

Sujeito: O senhor consegue? (pág. 69)

Complemento indireto: posso fazê-lo pelo senhor (pág. 58)

3.6.2. Comparações diacrónicas

Distribuição do parâmetro “sujeito” em PT1 e PT2



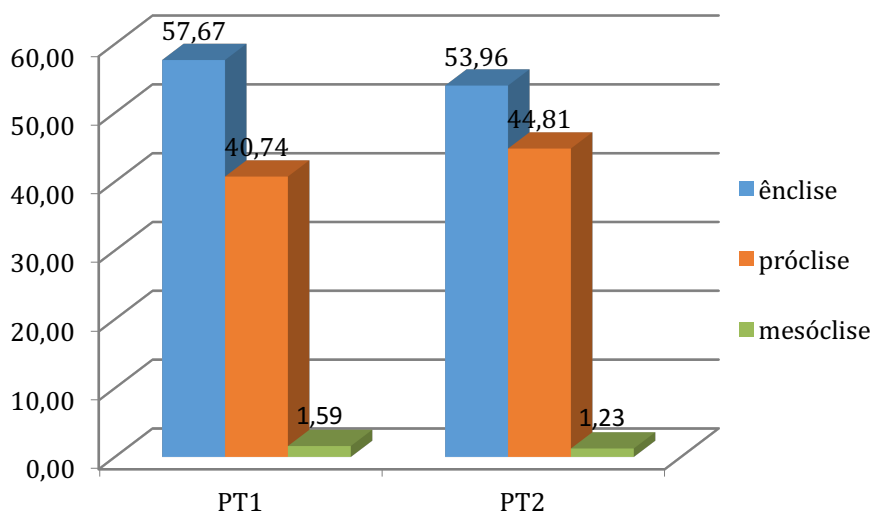
Quando se considera a comparação entre as duas traduções portuguesas, vê-se que a percentagem do sujeito implícito em PT2 é menor do que a percentagem de PT1, em favor do sujeito explícito.

Apesar destas diferenças, o *trend* linguístico permanece, para o PE, o do sujeito implícito: com efeito, as diversidades encontradas não são tais para definir o *trend* oposto, ou seja, o do sujeito explícito.

Confirma esta afirmação a extensão da variação: para o parâmetro “sujeito explícito”, as percentagens ficam na extensão $\pm 15\%$; para o parâmetro “sujeito implícito”, as percentagens ficam na extensão $\pm 85\%$.

Comparando o tipo de sujeito, a diferença não é estatisticamente significativa para o sujeito explícito nem para o sujeito implícito com nível de significância ao 5% (no teste chi quadrado, sujeito explícito $\alpha = 0,16$ e sujeito implícito $\alpha = 0,54$).

Distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em PT1 e PT2



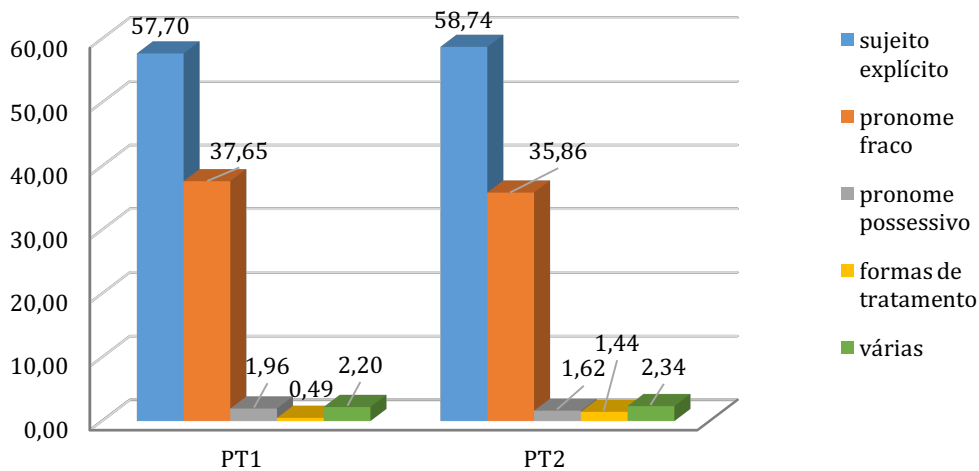
Na comparação entre PT1 e PT2 para o parâmetro “colocação dos pronomes”, emerge a diminuição da ênclise de quase 4 pontos percentuais. De consequência, vemos que os dados relativos à próclise também mudam: aumenta a percentagem em PT2, porém ficando na minoria. Ainda que a percentagem da ênclise fique na maioria, todavia, não está claro como possa perder pontos percentuais em favor da próclise.

Por outro lado, a mesóclise mostra os dados mais claros para a interpretação: apesar de não descer a 0%, a percentagem da mesóclise continua a diminuir. Para justificar esta diminuição, há duas razões possíveis:

- Os pronomes encontram-se em posição proclítica;
- Opta-se por soluções diferentes com respeito às escolhas dos tempos verbais.

Comparando a colocação dos pronomes, a diferença não é estatisticamente significativa para a ênclise, a próclise e a mesóclise com nível de significância ao 5% (no teste chi quadrado, ênclise $\alpha=0,26$; próclise $\alpha=0,16$; mesóclise $\alpha=0,49$).

Distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em PT1 e PT2



Com este gráfico, temos uma visão completa dos resultados relativos o parâmetro “tipo de pronome”.

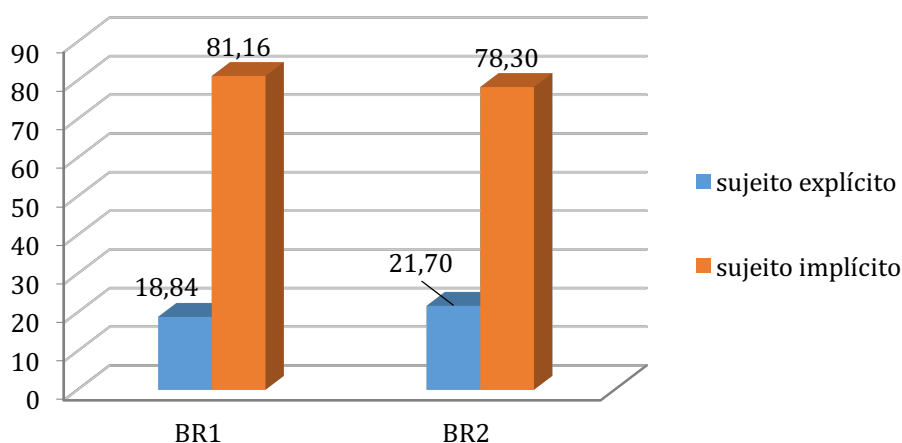
Encontramos, portanto:

- Para o sujeito explícito, um aumento de um ponto percentual para PT2;
- Para o uso dos pronomes com papel de complemento (ou seja, os pronomes fracos), uma diminuição em PT2;
- Também a percentagem dos pronomes possessivos diminui em PT2, ainda que diminui de maneira menor respeito aos outros parâmetros;
- A presença das formas de tratamento de cortesia, por outra parte, aumenta de um ponto percentual;
- Na categoria várias, há um pequeno aumento; este aumento, porém, pode depender das escolhas de tradução.

Com respeito aos valores no teste chi quadrado, o nível de significância considerado é 5% e a diferença não resultou significativa em nenhuma categoria. Os valores de α são:

- $\alpha = 0,83$ para a categoria “sujeito explícito”;
- $\alpha = 0,65$ para a categoria “pronome fraco”;
- $\alpha = 0,70$ para a categoria “pronome possessivo”;
- $\alpha = 0,15$ para a categoria “formas de tratamento”;
- $\alpha = 0,89$ para a categoria “várias”.

Distribuição do parâmetro “sujeito” em BR1 e BR2



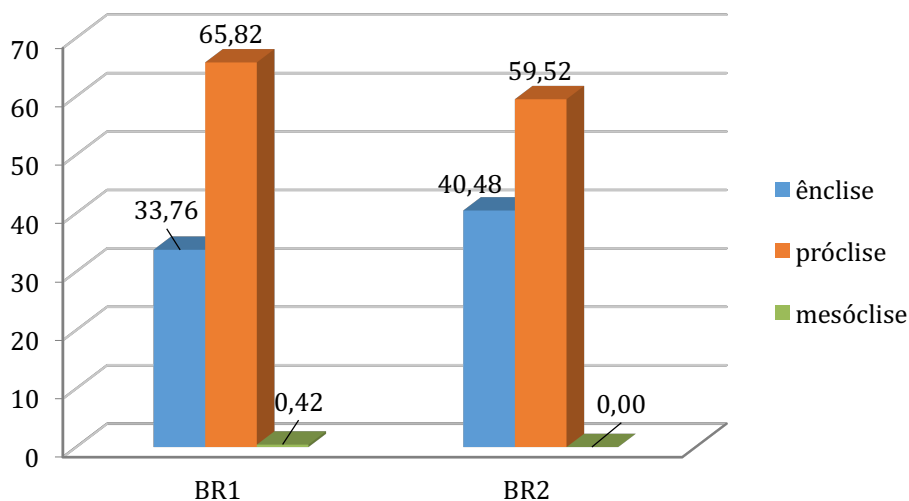
Com esta comparação, emerge uma diminuição da ocorrência do sujeito implícito, em favor do sujeito explícito. Os dois corpora, distantes temporalmente 41 anos um do outro, revelam uma mudança em curso: prevalece ainda o sujeito implícito, mas o número de sujeitos explícitos aumenta rapidamente.

Entre as duas traduções, também, estabiliza-se maiormente o uso de *você/vocês* como pronome de 2ª pessoa. Com efeito, na primeira tradução encontramos tratamentos de 2ª pessoa com *você*, mas emergem casos de insegurança nos clíticos relativos. Também nos sujeitos implícitos ocorre o tratamento em *você*.

Por outro lado, na segunda tradução brasileira encontra-se só *você/vocês* como pronomes de 2ª pessoa; além disso, não se encontrou nenhum caso de confusão no uso dos pronomes clíticos.

Comparando os sujeitos, com nível de significância ao 5%, a diferença de sujeito explícito não é significativa e não é significativa nem para o sujeito implícito (no teste chi quadrado, sujeito explícito $\alpha = 0,056$; sujeito implícito $\alpha = 0,33$).

Distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em BR1 e BR2



Neste gráfico o primeiro dado a ser comentado é a evolução do uso da mesóclise: já pouco usada na primeira tradução, o seu uso desaparece completamente na tradução mais recente.

Muito interessante é também a diminuição da ocorrência do parâmetro *+próclise* de BR2, se comparada com BR1: os casos de próclise caem de 6 pontos percentuais; além disso, as ocorrências de ênclise aumentam só de 3 pontos percentuais. Se somamos os casos de ênclise, próclise e as ocorrências de pronomes fraco, obtemos que o número de ocorrências em BR1 é de 1119 ocorrências, contra as 988 de BR2. Com essa soma, emerge uma tendência a utilizar menos pronomes nos complementos e menos clíticos.

Por exemplo:

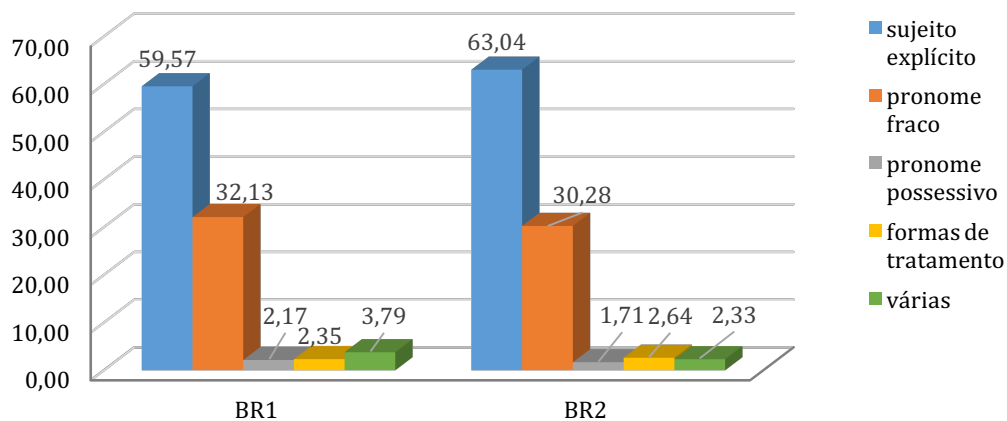
BR1: *se acariciava* (pág. 68)

BR2: *acariciava* (pág. 20)

Na comparação dos dados de acordo com o parâmetro “colocação dos pronomes” com nível de significância 5%, a diferença é:

- Estatisticamente significativa para a ênclise, $\alpha = 0,02$;
- Estatisticamente não significativa para a próclise, $\alpha = 0,09$;
- Estatisticamente não significativa para a mesóclise, $\alpha = 0,25$.

Distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em BR1 e BR2



Entre todos os casos de pronomes (incluídas as formas de tratamento de cortesia) pode-se ver o aumento da ocorrência dos pronomes com papel de sujeito explícito e uma diminuição dos pronomes utilizados nas variantes fracas (como complementos). A ocorrência de pronomes possessivos diminuiu, mas não se trata de uma diferença que sobressai por importância. Também as formas de tratamento aumentam, ainda que de poucos pontos decimais. O aumento pode ser devido ao incremento do uso das formas de tratamento como complementos.

Interessante é, além de tudo, a diferente solução adotada num diálogo; em BR1 opta-se já por *a gente* (único caso em todos os corpora em que aparece este sintagma como sujeito de 1ª pessoa plural), mas em BR2 foi escolhido um sujeito impessoal:

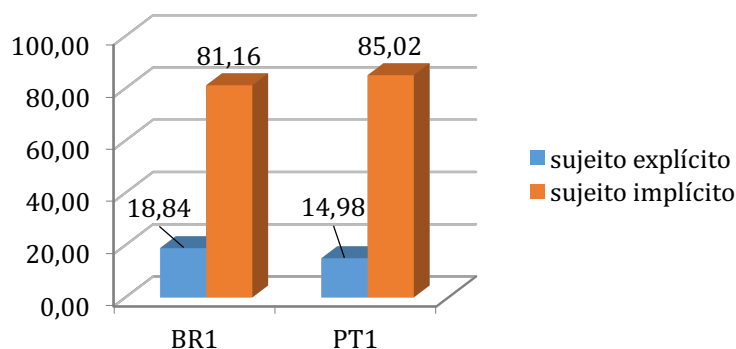
you know, a gente não pode tomar uma resolução assim (pág. 79)
you understand, não se pode tomar uma decisão assim (pág. 29)

Com respeito aos valores no teste chi quadrado, o nível de significância considerado é 5% e a diferença não resultou significativa em nenhuma categoria. Os valores de α são:

- $\alpha = 0,44$ para a categoria “sujeito explícito”;
- $\alpha = 0,57$ para a categoria “pronome fraco”;
- $\alpha = 0,57$ para a categoria “pronome possessivo”;
- $\alpha = 0,75$ para a categoria “formas de tratamento”;
- $\alpha = 0,15$ para a categoria “várias”

3.6.3. Comparações sincrónicas

Distribuição do parâmetro “sujeito” em PT1 e BR1



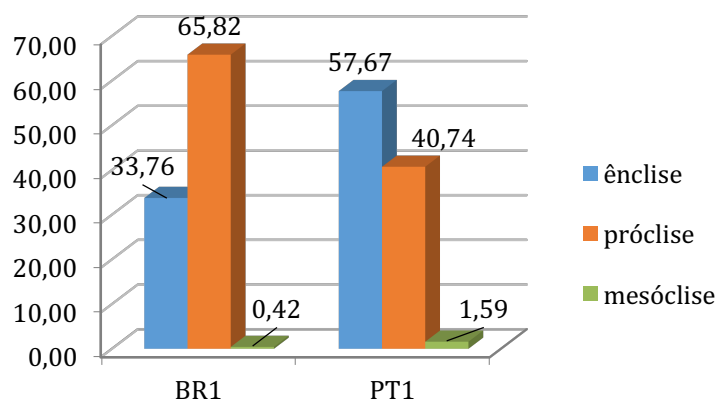
Este gráfico de comparação sincrónica mostra as características típicas das duas normas: a maioria dos sujeitos são implícitos, a confirmar a natureza da língua portuguesa como idioma de sujeito implícito.

As duas traduções foram publicadas em duas alturas diferentes, porém a situação social acomuna-as: ambas foram publicadas durante duas ditaduras. PT1 foi publicada em 1945 e BR1 em 1970. Não obstante os 25 anos que as separaram, estes dois textos não apresentam grandes diferenças com respeito ao parâmetro “sujeito”. O sujeito implícito é sempre a solução preferida, pois a declinação do paradigma verbal basta para reconhecer qual é o sujeito da frase.

Porém, é já possível identificar uma percentagem maior de BR1 nos sujeitos explícitos: em BR1 registra-se o 18,89% de sujeitos explícitos; em PT1, a percentagem para-se no 14,98%.

Comparando o tipo de sujeito, a diferença é estatisticamente significativa para o sujeito explícito (nível de significância 1%), mas não é significativa para o sujeito implícito (com nível de significância ao 5%). No teste chi quadrado, sujeito explícito $\alpha = 0,0072$ e sujeito implícito $\alpha = 0,22$.

Distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em PT1 e BR1



Este gráfico sincrónico permitiu confirmar que as tendências atuais eram já presentes no século passado.

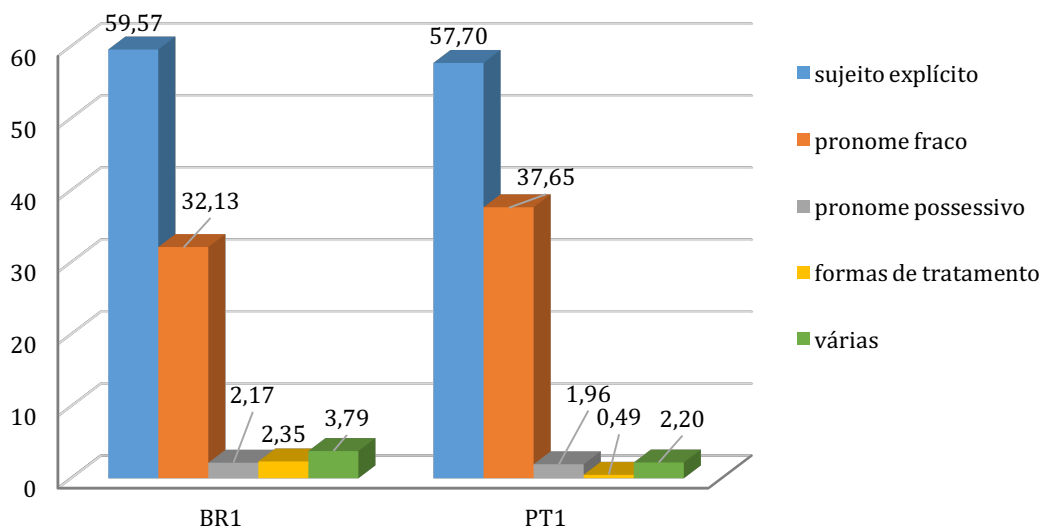
A posição enclítica dos pronomes representa em BR1 só 1/3 de todas as ocorrências registradas no corpus; pelo contrário, em PT1 a ênclise chega ao 57%. Com respeito a categoria da próclise as percentagens são já muito altas em

BR1, mas em PT1 ficam a um 40%. É importante evidenciar que, porém, o intervalo entre as percentagens de BR1 é maior do que as percentagens de PT1: a situação de PT1, portanto, resulta mais equilibrada. Última categoria, a mesóclise, é muito pouco usada em ambos os corpora. Há uma ocorrência maior em PT1, provavelmente devida ao fato de BR1 preferir a próclise.

Calculando a diferença de colocação dos pronomes entre PT1 e BR1, esta diferença revela-se estatisticamente muito significativa. Os valores α no teste chi quadrado são:

- Ênclise $\alpha= 1,49^{-14}$ (nível de significância 1%);
- Próclise $\alpha= 8,11^{-14}$ (nível de significância 1%);
- Mesóclise $\alpha=0,01$ (nível de significância 5%).

Distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em PT1 e BR1



Nestas duas primeiras traduções, a distribuição dos pronomes com respeito ao papel que eles desenvolvem é parecida sobretudo para as primeiras duas categorias: “sujeito explícito” e “pronome fraco”. As percentagens dos pronomes possessivos também se aproximam entre elas.

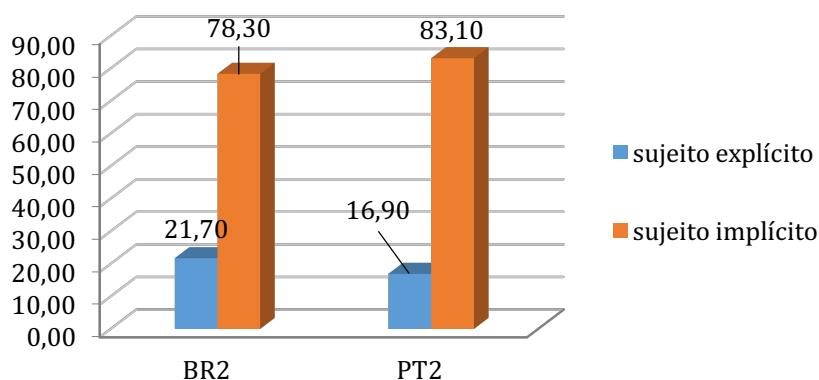
Apesar das categorias de “sujeito” e de “pronome fraco” se parecerem, porém, em BR1 a percentagem de “pronome fraco” perde 5 pontos percentuais com respeito a PT1.

As formas de tratamento de cortesia, pelo contrário, são diferentes: em BR1 encontramos já *o/a senhor/a* como a forma de tratamento preferida para expressar cortesia; em PT1 ainda encontramos as formas nominais que indicam o papel social.

Com respeito aos valores no teste chi quadrado, o nível de significância considerado é 5% e a diferença resultou significativa só para a categoria “formas de tratamento”. Os valores de α são:

- $\alpha = 0,71$ para a categoria “sujeito explícito”;
- $\alpha = 0,15$ para a categoria “pronome fraco”;
- $\alpha = 0,82$ para a categoria “pronome possessivo”;
- $\alpha = 0,02$ para a categoria “formas de tratamento”;
- $\alpha = 0,18$ para a categoria “várias”.

Distribuição do parâmetro “sujeito” em PT2 e BR2



Com este gráfico resulta evidente a dominação do sujeito implícito como escolha não marcada para ambas as normas europeia e brasileira: com efeito, as percentagens superam o 70% para BR2 e o 80% para PT2.

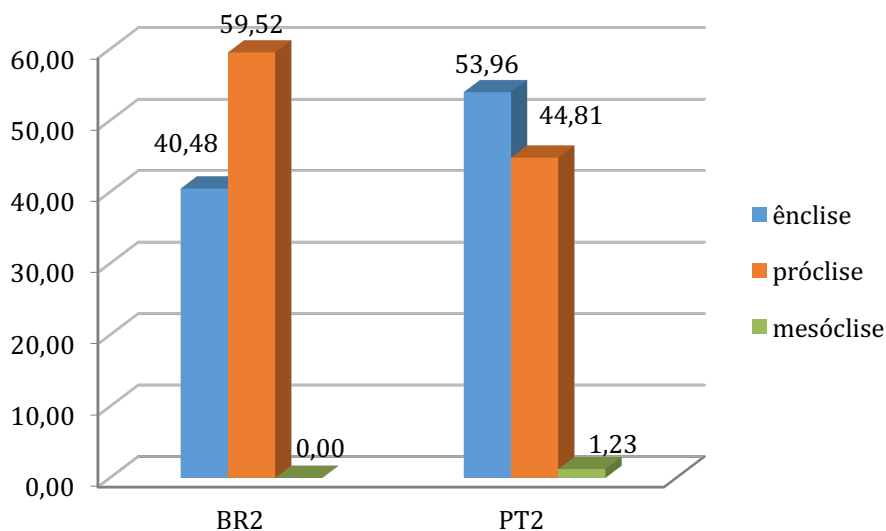
Porém, também é importante evidenciar a diferença que têm as percentagens para a categoria “sujeito explícito”: em PT2 os pontos percentuais não chegam ao 20%.

Além das ocorrências, no parâmetro é preciso também comentar quais são os pronomes de 2ª pessoa. Os resultados serão discutidos no próximo capítulo, porém vamos elencá-los em seguida:

- PT2, 2ª pessoa singular: *tu* é confirmado como pronome para esta pessoa gramatical;
- BR2, 2ª pessoa singular: *você* é a forma de tratamento utilizada;
- PT2 e BR2, 2ª pessoa plural: *vocês* é a forma de tratamento utilizada.

Comparando a forma dos sujeitos, a diferença é estatisticamente significativa para o sujeito explícito (nível de significância 1%), mas não é significativa para o sujeito implícito (com nível de significância ao 5%). No teste chi quadrado, sujeito explícito $\alpha = 0,0008$ e sujeito implícito $\alpha = 0,09$.

Distribuição do parâmetro “colocação dos pronomes” em PT2 e BR2



Com este gráfico pode-se observar que estão confirmadas as tendências já evidentes na comparação entre as duas traduções mais velhas.

Estas tendências, descritas nos estudos examinados na revisão, são:

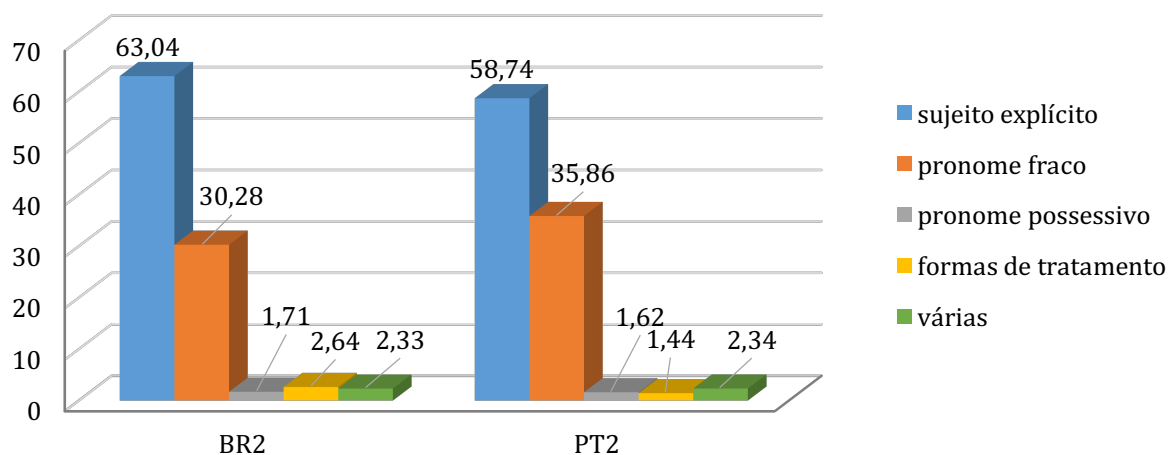
- A ênclise é posição preferida pela norma europeia;
- A próclise é a opção com a percentagem mais alta na norma brasileira;
- A ênclise mantém uma percentagem bastante alta também na norma brasileira;
- O mesmo pode-se dizer para a próclise na norma europeia, que supera os 40 pontos percentuais.

Pode-se encontrar uns casos de mesóclise só na tradução portuguesa, pois na tradução brasileira não se encontrou nenhum caso.

Calculando a diferença de colocação dos pronomes entre PT2 e BR2, esta diferença revela-se estatisticamente muito significativa. Os valores α no teste chi quadrado são:

- Ênclise $\alpha = 0,000028$ (nível de significância 1%);
- Próclise $\alpha = 9,73^{-6}$ (nível de significância 1%);
- Mesóclise $\alpha = 0,0067$ (nível de significância 1%).

Distribuição do parâmetro “tipo de pronome” em PT2 e BR2



Observando as percentagens de distribuição dos pronomes com respeito ao papel que desenrolam, vê-se que a categoria “sujeito explícito” tem o número maior de ocorrências. Segue a percentagem para os pronomes utilizados como complementos.

Quando se olha aos valores particulares, BR2 é a tradução com o valor mais alto para os sujeitos explícito; por outra parte, PT2 tem o valor maior para os pronomes fracos.

Com respeito aos pronomes possessivos e à categoria “várias”, as percentagens são mais ou menos iguais. Porém, as formas de tratamento de BR2 superam PT2 de um ponto percentual.

Olhando os valores no teste chi quadrado, o nível de significância considerado é 5% e a diferença não resultou significativa em nenhuma categoria. Os valores de α são:

- $\alpha = 0,34$ para a categoria “sujeito explícito”;
- $\alpha = 0,09$ para a categoria “pronome fraco”;
- $\alpha = 0,91$ para a categoria “pronome possessivo”;
- $\alpha = 0,15$ para a categoria “formas de tratamento”;
- $\alpha = 0,99$ para a categoria “várias”.

3.6.4. O adjetivo *sua/seu* e *dele/a*

O adjetivo *seu/sua* (e as suas derivações de número) e o seu uso merecem ser aprofundados. Por cada tradução, foram registrados:

- 83 casos em PT1;
- 99 casos em PT2, dos quais 93 utilizaram *seu/sua*. As restantes 6 entradas utilizaram *dele/dela*;
- 112 casos em BR1;
- 82 casos em BR2.

Só em PT2 foi usado também *dele/dela*, nas outras traduções todas as entradas registradas tinham *seu/sua* como adjetivo possessivo.

Em PT2, os casos nos quais encontram-se *dele/dela* incluem tanto os diálogos como momentos de narração normal.

Se olharmos aos casos de pronomes possessivos, porém, em BR2 *dele/dela* é o pronome possessivo mais usado para a 3ª pessoa: há 4 entradas contra as 3 com *seu/sua*.

Em PT2 há dois casos de pronome possessivo *dele/dela* e 3 com *seu/sua*.

Nas duas traduções mais velhas não há nenhuma ocorrência de *dele/dela* usado como adjetivo nem como pronome.

Discussão

Objeto de estudo desta tese foram os pronomes pessoais (incluindo os pronomes clíticos, reflexivos e também os pronomes com papel de complemento): estes foram analisados para ver os seus usos na variedade escrita da língua portuguesa, especialmente nas normas reconhecidas oficialmente, a norma portuguesa e a brasileira.

Os objetivos desta tese eram essencialmente dois: primeiro, encontrar eventuais mudanças que ocorriam entre as quatro traduções; segundo, demonstrar que estas mudanças não eram devidas somente a escolhas de tradução diferentes, mas sim à evolução do idioma.

O estudo desenvolveu-se a través da análise de quatro traduções de *O Matia Pascal*, publicadas em 1945, 1970, 2010 e 2011. Para catalogar os pronomes pessoais encontrados durante a análise foi criada uma tabela em Excel, a qual foi organizada de acordo com as categorias de pronomes.

O corpus é constituído por 9579 entradas, divididas em:

- PT1, 2100 entradas;
- BR1, 2414 entradas;
- PT2, 2641 entradas;
- BR2, 2424 entradas.

Os resultados foram organizados em gráficos particulares para cada tradução e após foram comparados a nível diacrónico e sincrónico. Além das comparações, a significância estatística dos dados foi verificada através do teste chi quadrado: este teste registrou mais exatamente que diferenças de uso podiam ser consideradas importantes a nível de estatística.

As perguntas que geraram este estudo tinham como base as gramáticas consideradas mais influentes e também as hipóteses mais recentes, sobretudo aquelas relativas ao português do Brasil. Estas perguntas podem ser reassumidas em:

1. A variedade escrita do português mudou nos anos?
2. É verdadeira a afirmação segundo a qual “o português de Portugal permanece um idioma a tendência sujeito implícito, mas o português do Brasil terá cada vez mais um sujeito explícito e omitirá o complemento direto”?
3. Quais são os pronomes pessoais de 2ª pessoa efetivamente utilizados, tanto para o PE como para o PB? Há diferenças na análise diacrónica?
4. Com respeito à colocação dos pronomes clíticos, é verdadeira a divisão exata entre “ênclise = PE” e “próclise = PB”?
5. Quais são as formas de tratamento de cortesia mais usadas?
6. Qual é a distribuição entre o adjetivo e pronome *seu/sua* e *dele/dela*?

A análise dos resultados mostra tendências diferentes daquelas previstas pelos estudos considerados na revisão da literatura: com efeito, a realidade da norma culta e escrita portuguesa parece estar no meio. Por uma parte há as afirmações das gramáticas conservadoras; por outra, os especialistas brasileiros denunciam a falta de independência da norma brasileira.

Algumas destas tendências corresponderam com a distribuição esperada pelo investigador; outras, pelo contrário, revelaram independência das expectativas dos estudos.

4.1. Distribuição esperada

A distribuição esperada para estes corpora foi parcialmente diferente dos resultados efetivos. Provavelmente, apesar de olharem para a direção correta, tratavam-se de expectativas demasiado otimísticas.

Com respeito à primeira pergunta, parece claro que, não obstante a norma culta seja mais conservadora da fala de um idioma, nem ela possa ficar extrânea das mudanças de uma língua. De maneira geral, esperava-se mudanças no tratamento na intimidade e na maneira de expressar o respeito e a cortesia.

Em olharmos à segunda pergunta, a realidade esperada era de encontrar um número maior de sujeitos explícitos e um número menor de complementos diretos para o PB. Além disso, a previsão era a de encontrar diferenças maiores entre as duas traduções mais recentes (PT2 e BR2); as duas traduções mais velhas (PT1 e BR1), com efeito, deviam ser mais parecidas.

Na terceira pergunta, ou seja, quais são os pronomes pessoais de 2ª pessoa efetivamente utilizados, o resultado previsto era de um paradigma contemporâneo *tu/vocês* para o PE e *você/vocês* para o PB. Pensava-se também de descobrir uma grande diferença entre os pronomes pessoais de 2ª pessoa das traduções mais velhas e as mais novas: o tratamento em *vós*, por exemplo, tinha de ser o tratamento não marcado para a 2ª pessoa plural, tanto em Portugal como no Brasil.

As previsões sobre a colocação dos pronomes clíticos contavam com as afirmações das gramáticas: com efeito, as mais recentes individualizam a ênclise como posição não marcada em Portugal, ao passo que para o Brasil a posição não marcada é identificada com a próclise. A mesóclise ocorre com tempos verbais mais raros: o futuro e o condicional.

Previa-se, portanto, percentagens altas de ênclise nas traduções portuguesas e um número menor de próclise e mesóclise.

Para as traduções brasileiras, achava-se de relevar uma percentagem mais alta de ênclises na primeira tradução: nos anos passados, a norma culta brasileira ainda correspondia àquela portuguesa. Na segunda tradução brasileira, o resultado previsto era o de uma percentagem muito alta de ocorrência proclítica.

Enquanto se estudava a história das formas de tratamento de cortesia, registrou-se que tradicionalmente se usava o cargo social das pessoas e, logo depois, o nome da pessoa interpelada. Portanto, em PT1 e BR1, os resultados previstos eram uma percentagem baixa das formas de tratamento contemporâneas (*o/a senhor/a*) em favor de sintagmas nominais múltiplos e, por isso, não analisados. Com respeito às traduções mais recentes, a percentagem esperada de formas de tratamento de cortesia devia ser mais alta; com efeito, para a forma de cortesia, as gramáticas reconhecem como não marcada a forma de tratamento *o/a senhor/a*, em ambas as normas.

A última pergunta, referida à distribuição do pronome *seu/sua* e à ocorrência de *dele/dela*, aspirava a determinar uma panorâmica na situação deste adjetivo possessivo de 3ª pessoa. As gramáticas registram já a ocorrência de *dele/dela* como adjetivo possessivo de 3ª pessoa para evitar ambiguidades. Nas últimas décadas, com efeito, o uso de *seu/sua* expandiu-se à 2ª pessoa plural, por causa da difusão do *vocês* como pronome e, no Brasil, o uso do *você* como pronome de 2ª pessoa singular. Portanto, *seu/sua* está a ser utilizado para a 2ª e a 3ª pessoa, tornando impossível identificar o destinatário da frase, no caso de haver sujeito implícito. Por isso, as gramáticas registraram o uso de *dele/dela* como adjetivo alternativo e clarificador.

Por essa razão, a previsão inicial era de registrar percentagens de pouco diferente nas ocorrências de ambos os adjetivos *seu/sua* e *dele/dela*, sobretudo para evitar ambiguidades no texto: aqui, com efeito, é mais difícil definir os destinatários dos adjetivos possessivos, dada a falta de elementos externos ao texto.

4.2. Resultados efetivos

A realidade, ou seja, os resultados efetivos, revelou uma situação parcialmente diferente daquela prevista no início. Como já foi escrito, algumas previsões foram confirmadas, mas outras mostraram uma tendência oposta àquelas esperadas. Tendo de referência a ordem das perguntas expostas, então, pode-se resumir os resultados registrados nos corpora.

Em geral, pode-se confirmar que o idioma, ainda que se fale da variedade escrita e culta, sente o efeito das mudanças sociais e das evoluções históricas dos seus falantes nativos. Portanto, parece normal que ela também evolucione e mude. Por outra parte, a variedade escrita do português, em fase de comparação diacrónica, não mudou significativamente: as esferas sociais de intimidade e de cortesia não parecem mudadas. Isso é devido ao fato de as traduções mais antigas já terem esferas sociais parecidas às contemporâneas. Esta evidência falsifica parcialmente as expectativas iniciais: sobretudo em PT1, esperava-se encontrar esferas de intimidade mais restritas, se compararmos PT1 às outras traduções (devido à ditadura muito conservadora). Com respeito a BR1, a ditadura militar não influenciou de maneira significativa o uso da língua. As duas traduções mais recentes confirmaram o uso atual da língua: em Portugal as relações aproximaram-se, enquanto no Brasil não revelaram grandes diferenças.

Passando agora a analisar a segunda pergunta “É verdadeira a afirmação segundo a qual *‘o português de Portugal permanece um idioma a tendência sujeito implícito, mas o português do Brasil terá cada vez mais um sujeito explícito e omitirá o complemento direto?’*”, pode-se observar que também esta afirmação é verdadeira só parcialmente: a nível diacrónico, não encontramos diferenças estatisticamente significativas; porém, a nível sincrónico as diferenças são relevantes. Para ter uma visão completa, é necessário reportar os valores do teste chi quadrado; por isso, reassumimo-nos na tabela seguinte.

Tabela 1. Resultados diacrónicos e sincrónicos para o parâmetro “sujeito”

	Sujeito explícito	Sujeito implícito
PT1-PT2	0,16	0,54
BR1-BR2	0,056	0,33
PT1-BR1	0,0072	0,22
PT2-BR2	0,0008	0,09

Em negrito os valores estatisticamente significativos

Observa-se que as diferenças estatisticamente significativas se colocam mesmo na categoria “sujeito explícito” das comparações sincrónicas entre PT1 e BR1 e entre PT2 e BR2. A categoria “sujeito explícito”, portanto, registra percentagens mais altas em BR1 e BR2, as quais verificam a tendência do PB em preferir o sujeito explícito. A motivação deste fenômeno poderia-se colocar na tendência do PB em perder a declinação verbal; para evitar ambiguidades, portanto, é necessário explicitar o sujeito.

É preciso especificar, porém, que ambas as normas são ainda colocáveis nas línguas a sujeito implícito: as percentagens de sujeitos implícitos superam, em todas as traduções, o 80%. A direção interpresa pelo PB para a explicitação dos sujeitos, então, revela uma velocidade baixa de mudança, ou seja, a tendência está presente, mas com uma velocidade moderada. Pelo contrário, o PE mantém a tendência a ter sujeitos implícitos, onde possível.

Com referência à terceira pergunta sobre os pronomes de 2ª pessoa utilizados nas duas normas, há de distinguir a 2ª pessoa singular da 2ª pessoa plural. Para a 2ª pessoa singular da norma europeia, não se encontraram grandes diferenças: utiliza-se o *tu*, numa esfera social de intimidade que se revela bastante ampla também na tradução de 1945. Para a segunda pessoa plural, pelo contrário, as formas utilizadas foram diferentes: para se dirigir aos leitores, na primeira tradução Mattia/narrador utiliza sempre o *vós*; não se encontraram formas da 2ª pessoa plural em diálogos por causa da intervenção da censura. Na segunda tradução portuguesa, para a 2ª pessoa plural, Mattia/narrador usa o *vós* para se dirigir aos leitores; pelo contrário, usa o *vocês* nos diálogos do texto.

Nas traduções brasileiras, para a 2ª pessoa singular e plural utiliza-se já *você* e *vocês*, também quando Mattia/narrador se dirige aos leitores. Porém, na primeira tradução há confusão sobre o clítico que deve ser utilizado com *você*, na qual encontramos, por exemplo, “*eu te conheço*”. Em BR2, pelo contrário, a mesma frase é traduzida com “*conheço você*”: não se usa o clítico da 3ª pessoa, mas sim *você* como pronome fraco. Para a 2ª pessoa plural, a solução adotada é sempre *vocês* em todas as traduções brasileiras. Na contemporaneidade, portanto, para a 2ª pessoa singular as soluções são *tu* em Portugal e *você* para o Brasil; para a 2ª pessoa plural, a opção comum é *vocês*.

Com respeito à colocação dos pronomes clíticos, há de dividir as três opções diferentes. A ênclise confirma-se a opção não marcada para o PE; porém, também nas traduções brasileiras a percentagem de ênclise supera o 30%. Há uma regra que ajuda a fazer subir a percentagem de ênclise em BR1 e BR2: trata-se mais de uma tendência que não foi encontrada nas gramáticas, mas que parece bastante estável nos textos. Os clíticos brasileiros, afirmam as gramáticas, são mais fortes do que os clíticos portugueses; porém, não sendo totalmente independentes, encontram-se em posição enclítica quando estão após pontuação. Esta tendência não é completamente regular na primeira tradução brasileira; em BR2, pelo contrário, esta tendência é regular e as exceções eram muito poucas.

Pelo contrário, a próclise é a posição não marcada da norma brasileira, mas também nos textos portugueses há percentagens altas de ocorrência. A explicação que se deu para esta peculiaridade é a grande presença de palavras atrativas. Quando há estas palavras, ainda que se encontrem longe do pronome, os clíticos encontram-se em posição próclítica.

Com respeito à mesóclise, ela é a posição usada somente com o futuro e o condicional; as percentagens de ocorrência são muito baixas e continuam a diminuir, chegando a 0 ocorrências em BR2. A contínua diminuição do seu uso é provavelmente devido ao menor uso dos tempos verbais nomeados antes (para a norma portuguesa) e para a preferência da norma brasileira para a próclise.

As formas de tratamento de cortesia registradas no corpus são somente *o/a senhor/a*; a função de semi-intimidade do *você* já não é registrada em nenhuma das traduções. Porém, há muitos casos de sujeito implícito também quando os personagens falam a pessoas com as quais têm uma relação formal. Portanto, pode-se confirmar que *o/a senhor/a* é a forma de cortesia oficialmente escolhida.

Concluindo, o adjetivo e pronome *seu/sua* é ainda a opção não marcada: a escolha de *dele/dela* é ainda muito rara, portanto *dele/dela* parece uma escolha da fala mais que da variedade escrita. Isso quer dizer que, não obstante as gramáticas registrem o adjetivo e pronome possessivo *dele/dela*, ele é ainda demasiado informal para ter um papel estável na língua escrita.

Em resumo, considerando o nível macro da pesquisa, confirmam-se muitas das tendências previstas, porém a velocidade das mudanças resulta menor com respeito às expectativas.

4.3. Considerações sobre o estudo

Entre os limites do estudo, primeiro há de evidenciar que este estudo pode ser considerado como um estudo qualitativo, dada a sua parcialidade. Para ter uma visão completa, seria necessário ter corpora provenientes de traduções de outras obras. A parcialidade dos corpora, porém, não falsificou de maneira nenhuma os resultados, porque o número e o tipo de entradas resulta bastante alto e variado.

Outro limite é representado pelo perigo do “tradutor-traidor”: a interpretação e a mediação do tradutor pode causar mis-compreensões em alguns pontos do texto; além disso, as escolhas de tradução podem influenciar o tradutor, o qual poderia escolher soluções “antigas” com respeito às formas de tratamento entre os vários personagens. Porém, a necessidade de cercar o leitor à obra funciona como antagonista e faz com que o tradutor torne a língua utilizada mais moderna.

Último limite foi a ação da censura na primeira tradução portuguesa: esta tradução foi cortada e foram eliminados todos os parágrafos que pareciam subversivos ou “desviantes”. Por exemplo, foi eliminado toda a discussão entre Mattia e padre Eligio Pellegrinotto, onde Mattia afirma “*Maldito seja copérnico!*”. Esta intervenção, portanto, cortou muitas páginas e muitos diálogos; desta maneira, o corpus também se revelou mais curto.

4.4. Propostas

Para concluir esta tese, acha-se importante propor algumas soluções à luz dos resultados registrados a través do trabalho de análise.

Primeiro, dada a situação contemporânea, propõe-se de inserir definitivamente *você* e *você* no paradigma dos pronomes pessoais: *você* poderia ser inserido só no paradigma da norma brasileira, mas *vocês* confirma-se como pronome de 2^a pessoa plural em ambas as normas. O uso destas formas de tratamento revela-se a escolha mais natural também na variedade escrita; por isso, seria necessário que as gramáticas os reconhecessem como pronomes e adaptassem o paradigma pronominal.

Com respeito à mesóclise, há de reconhecer a total ausência desta opção na norma brasileira; além disso, também na norma portuguesa a mesóclise resulta “arcaica”. Com efeito, no PE o uso do futuro e do condicional está a diminuir e isso causa a escolha de tempos verbais que requerem ênclise ou próclise.

Por fim, é preciso definir uma regra para a variedade escrita e culta do PB: a análise, com efeito, mostra uma tendência desta norma a ter uma variedade culta independente. Porém, não há regras definidas, portanto é necessário definir primeiro se a variedade escrita do PB é independente daquela do PE. No caso afirmativo, a direção obrigatória será a de definir regras exatas.

Conclusão

Reassumindo o objetivo desta tese, podemos dizer que ele era o de encontrar eventuais mudanças na variedade escrita da língua portuguesa. Entre todos os aspetos gramaticais, porém, escolheu-se o sistema das formas de tratamento e dos pronomes usados. Os pronomes selecionados eram os pronomes pessoais, incluindo os reflexivos, os clíticos e os pronomes pessoais usados como complementos (pronomes fracos).

As expectativas iniciais revelaram-se bastante otimistas, com respeito aos resultados efetivos registrados: esperava-se percentuais de diferenças mais altas entre os vários corpora; pelo contrário, só algumas categorias demonstraram uma percentagem significativa de mudança entre uma tradução e a outra.

A nível geral, vimos que, em diacronia, não houveram grandes diferenças: isso é devido ao fato de as esferas sociais já serem parecidas entre uma e a outra. Com efeito, os resultados maiormente significativos encontraram-se nas comparações sincrónicas, ou seja, nas comparações PT1-BR1 e PT2-BR2.

Portanto, vemos que a categoria “sujeito” tem os resultados maiores em ambas as comparações sincrónicas desenvolvidas; as diferenças maiores, porém, estão na seção “sujeito explícito”. Aqui, a percentagem do PB é maior daquela do PE e também aumenta nos anos; as duas normas ainda se colocam entre os idiomas a sujeito implícito, porém a velocidade de mudança do PB para a expressão do sujeito é bastante elevada.

Com referência aos pronomes de 2ª pessoa, vimos que os pronomes para Portugal são *tu* e *vocês* e para o Brasil são *você* e *vocês*. Por isso, parece necessária uma atualização das gramáticas: *você* e *vocês* são usados também nas suas versões fracas (como complementos), portanto seria útil inserir definitivamente *você* e *vocês* no paradigma dos pronomes pessoais.

A colocação não marcada dos pronomes clíticos da norma europeia confirma-se a ênclise; porém, a percentagem da próclise fica alta por causa das palavras focais que requerem esta opção. Para os clíticos da norma brasileira, pelo contrário, a colocação não marcada é sempre a próclise; porém, aqui também se registrou uma percentagem bastante elevada de ênclise. Este fenómeno é devido à estabilização da regra “ênclise após pontuação”, já presente em BR1 mas pouco estável. A mesóclise, por outra parte, torna-se cada vez mais uma opção de colocação antiga, tanto no Brasil (onde desaparece completamente em BR2) como em Portugal.

Falando das formas de tratamento de cortesia, *o/a senhor/a* é a única usada; já em PT1 e BR1, *você* já perdera o significado de semi-cortesia e ficou só *o/a senhor/a*. Outra solução adotada para a cortesia é o sujeito implícito, bastante frequente entre as entradas registradas.

Enfim, com respeito ao adjetivo possessivo de 3ª pessoa *sua/seu/dele*, podemos afirmar que a preferência não marcada é mesmo *sua/seu*: com efeito, *dele* e as suas derivações parecem ainda muito coloquiais e não adaptas para o seu uso na variedade escrita e culta da língua.

Olhando em geral à situação do sistema das formas de tratamento, podemos dizer que se trata definitivamente de um sistema que está a mudar. Por exemplo, a alternância do adjetivo possessivo de 3ª pessoa *sua/seu* com a sua alternativa *dele/a*, na variedade escrita, não consegue ter a mesma velocidade de evolução que está a conhecer na fala: *dele* é, de fato, considerado ainda demasiado coloquial para aparecer na variedade escrita da língua. Porém, o uso de *dele* (e das suas declinações de género e número) torna-se sempre mais importante no discurso; com efeito, a imposição de *vocês* (e também de *você* no Brasil) como pronome de 2ª pessoa plural causaria muitos problemas de ambiguidade com o único uso do adjetivo *sua/seu*.

De maneira definitiva, as gramáticas deveriam registrar *vocês* como pronome de 2ª pessoa plural para ambas as normas; também, há de registrar *você* como pronome de 2ª pessoa singular para a norma brasileira. Os usos destas duas formas de tratamento, com efeito, incluem também as formas fracas dos pronomes, mostrando uma pronominalização completa destas formas de tratamento.

Com este estudo, enfim, quis por em luz um aspeto da língua que, muitas vezes, é pouco estudado ou não é considerado interessante. Demonstrou-se, pelo contrário, que também a variedade escrita do idioma sofreu e está a sofrer mudanças e evoluções. É mesmo por isso que é tempo para as gramáticas de atualizar o paradigma pronominal: porque também a variedade mais culta utiliza estas “novas” soluções.

Por outra parte, para definir de maneira melhor regras de escritura para a norma brasileira, é preciso desenvolver mais estudos. A norma europeia também precisa de uma revisão e de mais estudos para definir novas linhas de referência para a sua variedade escrita.

Bibliografia

Fontes primárias

- PIRANDELLO, Luigi, 1995, *Il fu Mattia Pascal*, Torriana: Orsa Maggiore Editrice
- PIRANDELLO, Luigi, 1940, *O falecido Matias Pascal*, Lisboa: Editorial Inquérito, tradução de José Marinho
- PIRANDELLO, Luigi, 1970, *O finado Matias Pascal*, Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, tradução de Helena Parente Cunha
- PIRANDELLO, Luigi, 2010, *O falecido Mattia Pascal*, Lisboa: Cavalo de Ferro Editores, tradução de José J.C. Serra
- PIRANDELLO, Luigi, 2011, *O falecido Mattia Pascal*, São Paulo: Editora Nova Alexandria Ltda., tradução de Rômulo Antonio Giovelli e Francisco Degani

Fontes secundárias

- AZEVEDO, Milton M., 2005, *Portuguese: a linguistic introduction*, Cambridge: Cambridge University Press
- BAGNO, Marcos, 2009, *Português brasileiro? Um convite à pesquisa*, São Paulo: Parábola Editorial, pág. 81-120
- BALSALOBRE GARCIA RODRIGUES, Sabrina, «“Locuções de endereçamento” e “apêndices de qualificação”: o sistema de formas de tratamento em foco», *Filologia Linguística Portuguesa*, v.15 n.1, Jan./Jun 2013, pág. 27-46
- BARRETO, António, «Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995», *Análise social*, XXX, 1995, pág. 841-855
- BECHARA, Evanildo, 2006, *Moderna gramática portuguesa*, Rio de Janeiro: Edições Lucerna

- CASTRO, Ariel, 2000, *A língua do Brasil*, Rio de Janeiro: Edições Galo Branco
- CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira, «Posição do sujeito e posição social: um caso de competição de gramáticas em cartas dos séculos XIX e XX», *Filologia Linguística Portuguesa*, v. 16 n. 1, Jan./jun. 2014, pág. 147-170
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley, 2013, *Nova gramática do português contemporâneo, 6ª edição*, Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital
- DELGADO NEVES ALMEIDA, Lucilia de, FERREIRA, Jorge (org.), 2003, *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira
- ELIA, Sívio, 1992, *El portugués en Brasil*, Madrid: Editorial Mapfre
- FARIA, Isabel Hub, RIBEIRO, Emília Pedro, DUARTE, Inês, A.M. GOUVEIA, Carlos, 1996, *Linguística geral e portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho
- FERNANDES MORATO, Natalia Ap., «A política cultural à época da ditadura militar», *Contemporânea*, v.3 n.1, Jan./Jun. 2013, pág. 173-192
- GORI, Barbara, «Proposta di collocazione delle formule allocutive você e vocês nel paradigma dei pronomi personali soggetto del portoghese europeo», *Annali della facoltà di lettere e filosofia, Università degli Studi di Perugia*, vol. XXXVIII, nuova serie XXIV, 2000-2001, pág. 149-169
- GORI, Barbara, 2007, *La grammatica dei cliticci portoghesi*, Firenze: Firenze University Press
- GRAPPI M., «Um caminho para o estudo dos pronomes», *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.1, 1997, pág. 121-149
- GUTZ, Karin, «Estudo do preenchimento do sujeito de terceira pessoa em falantes nativos e não nativos de português do Brasil», *Filologia Linguística Portuguesa*, n.4, 2001, pág. 199-219

- INSTITUTO DE CULTURA E LÍNGUA PORTUGUESA, 1983, *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, Actas, Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa
- LEITE QUADROS, Marli, «Uma gramática do século XXI», *Todas as letras Revista de língua e literatura*, v. 16 n.1, Maio 2014, pág. 48-61
- LEWIS, Paul H., 2002, *Latin fascist elites: the Mussolini, Franco and Salazar regimes*, Westport: Praeger Publishers, pág. 1-14, 129-202
- LOPES, Moita Luiz Paulo da (org.), 2013, *Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*, São Paulo: Parábola Editorial
- LUCARELLI, Irene, 2013, *Il você: studio pilota sul suo uso nell'area lisboeta*, tesi di laurea triennale, Università degli Studi di Padova
- LUFT, Celso Pedro, 2003, *Moderna Gramática Brasileira*, São Paulo: Editora Globo, pág. 152-166
- MEDINA, João, 2000, *Salazar, Hitler e Franco: Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa: Livros Horizonte, pág. 21-50, 126-145
- MENON SILVA, Odete Pereira da, «O sistema pronominal do português do Brasil», *Letras*, n.44, 1995, pág. 91-106
- NETO, Silva Serafim da, 1963, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro, ministério da educação e da cultura
- PELLEGRINI, Tânia, «Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois», *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n.43, Jan./Jun. 2014, pág. 151-178
- PETERSEN, Carol, «A tripartição pronominal e o estatuto dos proformas *Cê, Océ e Você*», *D.E.L.T.A.*, 24:2, 2008, pág. 283-308
- RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva, NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do, MOTA, Maria Antónia Coelho Da, SEGURA, Luísa, MENDES, Amália, 2013, *Gramática do Português*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian

- RÓNAI, Paulo, 1981, *A tradução vivida*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira
- SANTOS, Ângela Marina Bravin Dos, «O sujeito pronominal de 3ª pessoa no português culto do Rio de Janeiro: um estudo em tempo real», *D.E.L.T.A*, 25:1, 2009, pág. 67-97
- SERÔDIO, Cristina et al, 2011, *Nova gramática didática de português*, Carnaxide: Santillana Constância
- SERUYA, Teresa, LIN MONIZ, Maria, ASSIS ROSA, Alexandra (org.), 2009, *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, Lisboa: Universidade Católica Editora, pág. 115-136
- SILVA, Neto Serafim da, 1988, *História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Presença Edições
- SPINA, Segismundo (org.), 2008, *História da língua portuguesa*, Cotia (SP): Ateliê Editorial, pág. 279-578
- TEYSSIER, Paul, 1993, *História da língua portuguesa*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, pág. 35-92, (tradução de Celso Cunha do original *Histoire de la langue portugaise*, 1980, Presses Universitaires de France)
- VIEIRA RODRIGUES, Silvia e BRANDÃO FIGUEREIRO, Silvia (org.), 2013, *Ensino de gramática: descrição e uso*, São Paulo: Editora Contexto, pág. 13-30 e 103-146
- VILELA, Mário, 1999, *Gramática da língua portuguesa*, Coimbra: Livraria Almedina
- VITRAL, Lorenzo e RAMOS, Jânia, «Gramaticalização de “você”: um processo de perda de informação semântica?», *Filologia e Linguística Portuguesa*, n.3, 1999, pág. 55-63
- WILHELM, Eberhard Axel, 1979, *Pronomes de distância do português actual em Portugal e no Brasil*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica

Sítios Web

Portal da língua portuguesa: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>

Dicionário Priberam: <http://www.priberam.pt>

Dicionário Michaelis Online: <http://michaelis.uol.com.br>

Infopédia: <http://www.infopedia.pt>

Ciberdúvidas: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt>

História do Brasil: <http://www.historiado brasil.net>

Dicionário Criativo: <http://dicionariocriativo.com.br/>

Ringraziamenti

Al termine di questi due anni, mi guardo indietro e mi rendo conto di quanto siano stati tutt'altro che facili, a cominciare da quest'ultimo lavoro: fortemente voluto, fortemente sudato. Perciò, è arrivato il momento di ringraziare chi, a suo modo, mi ha dato la forza per andare avanti.

Il primo ringraziamento va alla mia relatrice, prof. Gori, che ha sempre creduto in me e nelle mie idee; la Sua positività e il Suo supporto mi hanno dato la carica che a volte veniva a mancare.

Alla mia famiglia, Mamma, Papà, Letizia, Denis, Mauro, nonni, zii, cugini, zii acquisiti. Grazie perché se mi guardo indietro, so sempre su chi contare e a chi guardare per trovare dei grandi Esempi.

Grazie soprattutto a mia sorella, che quando inciampo mi aiuta sempre a rialzarmi, e a mettere un po' di ordine in questa mente sgangherata... ti concedo il 40%, dai.

Ai miei amici, quelli di sempre, quelli nuovi e quelli che non ci si sente mai ma che ci sono quando serve. A chi è finito per diventare "famiglia" e a quelli che sono una presenza discreta anche se a volte sono io quella che allontana.

A Jasmine, compagna di avventure fino alla pasta frolla da tirare per coprire tutta la teglia.

A Sara, sorella acquisita, "and wherever we are home is there too".

A Davide e Enrico C., che con una pazienza infinita supportano e sopportano.

A Martina, che non ci vediamo per mesi e poi ogni volta è come tornare in panchina.

A Giulia, alla sua organizzazione che mi “sveglia fuori” quando mi perdo nelle mie paranoie.

A Dario, che a volte vorrei chiamare *Chi l’ha visto?*, ma che mi fa puntare sempre in alto.

A Michela, Pischi, per aver messo sottosopra il mio mondo oviediese.

Ad Arianna, alle amiche diverse ma simili.

Para Miguel, por tus incansables ganas de enseñarnos Asturias.

To Oonagh: you’re always inspiring me.

A Enrico B., per avermi riportata “a casa” dopo l’Erasmus.

Alle persone che hanno sempre creduto in me e in quello che faccio; a chi ha smesso di credere in me; a tutti gli amici che non ho nominato, ma che ci sono sempre con i loro sorrisi, l’incoraggiamento e la loro vicinanza. Al nuovo squadrone di pallavolo e i momenti di puro divertimento. A tutte le persone che mi hanno ispirata e che mi hanno dato la possibilità di scoprire nuovi punti di vista.